



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

A Integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria João Carlos Luís Pinto

Orientador: Major de Infantaria Anselmo Melo Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

A Integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria João Carlos Luís Pinto

Orientador: Major de Infantaria Anselmo Melo Dias

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

DEDICATÓRIA

À minha grandiosa Família pelo tempo que não vos dediquei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho, pois de outra forma não teria sido possível a realização do mesmo. Deste modo, expresso aqui o meu sincero agradecimento a todos os intervenientes, que de alguma forma fizeram parte deste trabalho.

À minha Família e Amigos, que sempre me apoiaram e representam aquilo que sou hoje.

Ao meu orientador Major Anselmo Dias, pela sua dedicação, demonstrando uma constante disponibilidade e apoio em todas as fases do trabalho, contribuindo com o seu conhecimento de forma incontestável para o meu trabalho.

Ao Tenente-Coronel António Pinto de Oliveira, pela sua dedicação, empenho e rigor, no apoio em todas as fases do meu trabalho.

Ao Tenente-Coronel Pinto Prata, pela disponibilidade demonstrada, contribuindo com a sua experiência profissional para clarificar e definir o meu trabalho na sua fase inicial.

Ao Major Simão de Sousa, pelo interesse e disponibilidade demonstrados na transmissão do seu conhecimento para o meu trabalho.

Ao Major Bruno Moura, pela acessibilidade e disponibilidade em transmitir o seu conhecimento, mantendo o constante interesse pelo meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de investigação subordinado ao tema “A integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria” propõe investigar a integração de atiradores especiais numa unidade escalão Batalhão de Infantaria. Para a sua consecução definiu-se como objetivo geral analisar as implicações do emprego de atiradores especiais, no atual ambiente operacional, em apoio às unidades escalão Batalhão de Infantaria. De modo a concretizar o mesmo delimitou-se o trabalho ao estudo dos Batalhões de Infantaria Mecanizados de Rodas, da Brigada de Intervenção, recorrendo-se sempre que necessário aos Batalhões *Stryker* do Exército dos Estados Unidos da América, dada a sua experiência de combate em diversos teatros de operações.

Para a realização deste trabalho estruturou-se um modelo de análise, efetuando-se uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. Recorre-se ao método de abordagem hipotético-dedutivo, através de uma conexão descendente iniciada com a descrição do ambiente operacional, o emprego de Batalhões de Infantaria e a utilização de atiradores especiais.

Da análise dos resultados verifica-se que o atual ambiente operacional apresenta uma elevada complexidade, existindo uma tendência para os futuros conflitos armados ocorrerem em Estados falhados e em áreas urbanas, existindo uma ameaça predominantemente irregular. Os Batalhões de Infantaria têm assim a necessidade de possuir atiradores especiais, de forma a poderem empregar fogos diretos com precisão.

Conclui-se que com a crescente complexidade do ambiente operacional face à tipologia de ameaça, os Batalhões de Infantaria portugueses, que futuramente poderão ser empregues neste tipo de teatros de operações, devem possuir atiradores especiais, que empreguem fogos diretos com precisão a médias distâncias, sendo estes integrados ao nível das Secções de atiradores.

Palavras-chave: Ambiente Operacional, Batalhão de Infantaria, Ameaça Irregular, *Sharpshooter*, Atirador Especial.

ABSTRACT

This research work entitled "The integration of a Designated Marksman in an Infantry Battalion" proposes to investigate the integration of a designated marksman in an Infantry Battalion level unit. For its attainment was defined as general purpose to analyze the implications of the use of designated marksman in the current operating environment, in support of Infantry Battalion units. In order to achieve it, the assignment was limited to the study of Infantry Battalions Mechanized by Wheels, from the Intervention Brigade, resorting whenever necessary to Stryker Battalions of the United States Army, given their combat experience in different theatres of operations.

An analysis model was structured for this work, making a qualitative approach of a descriptive nature. The method of hypothetical-deductive approach is used through a downward connection started with the description of the operating environment, the use of Infantry Battalions and the use of designated marksman.

From the analysis of the results it appears that the current operating environment is highly complex and there is a trend for the future armed conflicts to occur in failed States and urban areas and there is a predominantly irregular threat. Infantry Battalions have the need to own designated marksman, so that they can employ precisely direct fire.

It was concluded that, given the typology of threat, with the increasing complexity of the operating environment, the Portuguese Infantry Battalions, that in future may be employed in this type of operations theaters, should have a designated marksman employing precisely direct fire to medium distances, and they should be integrated at the level of Section shooters.

Key words: Operating Environment, Infantry Battalion, Irregular Threats, Sharpshooter, Marksman.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL.....	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE TABELAS.....	viii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA	4
1.1. Ambiente operacional	6
1.2. Doutrina das Forças Armadas dos Estados Unidos da América.....	10
1.3. Doutrina do Exército Português para os Batalhões de Infantaria	13
1.4. Definição conceptual	17
1.4.1. <i>Marksmanship</i>	18
1.4.2. <i>Sniper</i>	19
1.4.3. Atirador especial.....	22
1.4.4. <i>Sharpshooter</i>	24
1.4.5. Síntese de conceitos	25
CAPÍTULO 2. MÉTODO	27
2.1. Metodologia para a elaboração da revisão da literatura.....	27
2.2. Método e tipo de abordagem.....	29
2.3. Método de procedimentos	31
2.4. Modelo de análise	32
2.5. Local e data da pesquisa	34
2.6. Métodos e técnicas de recolha e tratamento de dados	34

CAPÍTULO 3. RESULTADOS	36
3.1. Dados relativos ao ambiente operacional	36
3.2. Dados relativos às unidades escalão Batalhão de Infantaria.....	38
3.3. Dados relativos ao emprego de atiradores especiais.....	41
CONCLUSÕES.....	48
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES	I
Apêndice A - Organização de uma Companhia de atiradores.....	II
Apêndice B - Modelo de análise.....	III
Apêndice C - Transcrição das entrevistas.....	IV
ANEXOS.....	XI
Anexo A - Organização de um BI do Exército dos EUA	XII
Anexo B - Organização da SBCT do Exército dos EUA	XIII
Anexo C - Organização de um BI da BrigMec do Exército Português	XV
Anexo D - Modelo das etapas do procedimento.....	XVI

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Organigrama de um BI da SBCT do Exército dos EUA	12
Figura n.º 2 - Organigrama de um BIMec(R) da BrigInt do Exército Português	16
Figura n.º 3 - Organização de uma SecAt de um BIMec(R) da BrigInt do Exército Português	16
Figura n.º 4 - Visão geral do processo de revisão de literatura	29
Figura n.º 5 - Probabilidade de atingir um alvo sob condições de stress.....	44
Figura n.º 6 - Organigrama de uma Companhia de atiradores proposto por um grupo de trabalho do CPCI em 2010	II
Figura n.º 7 - Modelo de análise para a elaboração do trabalho.....	III
Figura n.º 8 - Organigrama de um BI do Exército dos EUA	XII
Figura n.º 9 - Equipa <i>sniper</i> de um BI da SBCT	XIII
Figura n.º 10 - Organigrama de uma Companhia de Infantaria da SBCT do Exército dos EUA	XIV
Figura n.º 11 - Organigrama de um BIMec(L) da BrigMec do Exército Português	XV
Figura n.º 12 - Modelo das etapas do procedimento	XVI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Resumo dos conceitos de <i>marksmanship</i> , <i>sniper</i> , atirador especial e <i>sharpshooter</i>	26
Tabela n.º 2 - Elementos fundamentais para o estado da arte adaptados ao presente trabalho	28
Tabela n.º 3 – Dados referentes aos inquéritos por entrevista	34
Tabela n.º 4 - Comparação entre um BIMec(R) e um BI da SBCT	40

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices

Apêndice A - Organização de uma Companhia de atiradores

Apêndice B - Modelo de análise

Apêndice C - Transcrição das entrevistas

Anexos

Anexo A - Organização de um BI do Exército dos EUA

Anexo B - Organização da SBCT do Exército dos EUA

Anexo C - Organização de um BI da BrigMec do Exército Português

Anexo D - Modelo das etapas do procedimento

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AtEsp	Atiradores Especiais
ATTP	<i>Army Tactics, Techniques, and Procedures</i>
BCmds	Batalhão de Comandos
BI	Batalhão de Infantaria
BIMec(L)	Batalhão de Infantaria Mecanizado de Lagartas
BIMec(R)	Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas
BIPara	Batalhão de Infantaria Paraquedista
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
CAS	<i>Close Air Support</i>
CPCI	Curso de Promoção a Capitão de Infantaria
CT	Controlo de Tumultos
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais
DM	<i>Designated Marksman</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EPI	Escola Prática de Infantaria
EspAut	Espingarda Automática
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FM	<i>Field Manual</i>
FND	Força Nacional Destacada
FOEsp	Forças de Operações Especiais
HMMWV	<i>High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle</i>
HQDA	<i>Headquarters Department of the Army</i>
HQMC	<i>Headquarters Marine Corps</i>
IED	<i>Improvised Explosive Device</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
MCWP	<i>Marine Corps Warfighting Publication</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
RI	Regimento de Infantaria
RPG	<i>Rocket-Propelled Grenade</i>
SBCT	<i>Stryker Brigade Combat Team</i>
SDM	<i>Squad Designated Marksman</i>
SecAt	Secção de Atiradores
TO	Teatro de Operações
TRADOC	<i>Training and Doctrine Command</i>
UEB	Unidade Escalão Batalhão
UEC	Unidade Escalão Companhia
USMC	<i>United States Marine Corps</i>
VBR	Viatura Blindada de Rodas

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada foi elaborado no âmbito do ciclo de estudos integrado conferente do grau de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, pela Academia Militar. Este tem como objetivo a aplicação das competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades para integrar e aplicar conhecimentos, na área da especialidade.

Este trabalho está subordinado ao tema “A Integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria” e propõe investigar a integração de Atiradores Especiais (AtEsp) numa Unidade Escalão Batalhão (UEB) de Infantaria em contexto operacional. A investigação incide em situações que poderão envolver os militares portugueses num futuro Teatro de Operações (TO), pretendendo-se obter conclusões que possibilitem verificar a necessidade de dotar as UEB de Infantaria desta capacidade.

O emprego da capacidade *sniper* convencional, no novo ambiente operacional, tem sido abordado em diversos trabalhos de investigação. No entanto, a integração de AtEsp em unidades convencionais, especificamente em proveito das UEB, com possibilidades da sua integração na estrutura orgânica, é uma lacuna por nós identificada a partir dos diversos trabalhos, não tendo sido ainda estudada em profundidade.

Assim, para estudar esta temática recorre-se à doutrina nacional, sendo que a partir da lacuna identificada, iremos recorrer, em analogia, à doutrina dos Estados Unidos da América (EUA), dada a sua experiência de combate em diversos TO. Iremos estudar a possibilidade do emprego de AtEsp, enquadrada pelo ambiente operacional contemporâneo¹, analisando-a em apoio a uma UEB de Infantaria. Verifica-se que atualmente as UEB do Exército Português não estão dotadas de AtEsp, não possuindo equipamento e treino, algo que já se verifica nas unidades das Forças Armadas (FFAA) dos EUA.

Atualmente, o ambiente operacional caracteriza-se por apresentar uma grande complexidade e pela existência de uma ameaça irregular de natureza difusa, assimétrica, não apresentando limites definidos, de cariz multiforme e multidisciplinar. Perante esta situação, considera-se pertinente estudar o emprego de AtEsp nas UEB de Infantaria e perceber quais as implicações do seu emprego.

¹ Consideramos os conflitos militares ocorridos desde o ano de 2000 até ao presente.

Para a elaboração deste trabalho, definimos como objetivo geral desta investigação, analisar as implicações do emprego de AtEsp, no atual ambiente operacional, em apoio às UEB de Infantaria.

Formulou-se assim a seguinte pergunta de partida: quais as implicações do emprego de AtEsp nas UEB de Infantaria no atual ambiente operacional?

Definiram-se ainda dois objetivos específicos que se pretendem atingir com a investigação, sendo estes:

- Identificar as necessidades das UEB face à atual complexidade do ambiente operacional;
- Identificar e descrever a forma de emprego de AtEsp, em proveito das UEB de Infantaria, nas diferentes tipologias de operações.

A finalidade do presente trabalho visa apresentar contributos adequados e exequíveis no emprego de AtEsp em apoio a uma UEB de Infantaria.

Para realizar esta investigação efetuou-se uma abordagem qualitativa, usando o método de abordagem hipotético-dedutivo e o método de procedimentos do estudo de caso. A recolha de dados foi efetuada através duma análise documental e de técnicas não documentais recorrendo a inquéritos por entrevista.

Esta investigação foca-se no estudo da utilização de AtEsp em apoio a um Batalhão de Infantaria (BI) do Exército Português, no entanto, existindo vários tipos de BI foi nosso entendimento limitar o estudo de caso ao emprego desta capacidade nos BI² da Brigada de Intervenção (BrigInt).

Para a realização deste trabalho estruturou-se o mesmo em cinco partes, desde a “Introdução” até às “Conclusões”.

Na “Introdução” é efetuada uma apresentação geral do trabalho, focando-se no tema a investigar, uma breve descrição, a sua importância e justificação. Apresentam-se em seguida os objetivos, a pergunta de partida e a delimitação para a investigação. Por último, refere-se como se encontra o trabalho estruturado para a sua execução.

Do primeiro capítulo, “Revisão da Literatura”, resulta uma base teórica sobre o estado da arte, apresentando-se os principais conceitos, suportados por referências doutrinárias e investigadores da temática. Inicialmente apresenta-se a definição do ambiente operacional contemporâneo, seguida de uma apresentação da atual doutrina das FFAA dos EUA e do Exército Português, relativas a esta capacidade para as UEB de Infantaria, enfoque nas

² Atualmente designado por Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas (BIMec(R)).

unidades consideradas como referência para a investigação, apresentando-se a missão, organização, conceito de emprego, principais capacidades e limitações, terminando no seu emprego operacional. No final deste momento, efetua-se uma apresentação conceptual dos principais conceitos sobre os diversos tipos de designações, para elementos com capacidade para efetuar tiro de precisão, com o intuito de clarificar as diferentes designações, vulgarmente mal-entendidas ou empregues.

No segundo capítulo, “Método”, será apresentado a metodologia de base para a execução da investigação, fundamentando-se o tipo de abordagem, o modelo de análise e as perguntas de partida e derivadas, por nós definidas. Caracteriza-se ainda os métodos e materiais quanto à recolha de dados e aos procedimentos de amostragem.

No terceiro capítulo, “Resultados”, são apresentados os resultados obtidos e comparados com outros já referenciados e apresentados na Revisão da Literatura, efetuando-se uma análise inferencial dos mesmos, de modo a verificar a validade das hipóteses definidas.

Nas “Conclusões”, são apresentadas as principais reflexões acerca dos resultados obtidos pela investigação, efetuando uma alusão aos novos contributos resultado das respostas às questões levantadas. São ainda apresentadas as principais limitações e dificuldades experienciadas no decorrer da elaboração deste trabalho e apresentadas futuras propostas para novas investigações.

CAPÍTULO 1

REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar o estudo, permitindo alargar as perspetivas do mesmo, através da apresentação de um enquadramento teórico³.

A elaboração deste trabalho iniciou-se com diversas leituras e entrevistas exploratórias⁴, de forma a identificar lacunas que pudessem ser exploradas no âmbito de um Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

De entre vários trabalhos de investigação científica e relatórios, salientamos os desenvolvidos por Moreira (2008), Borges (2008), Miranda (2009) e Batista (2012), em que de acordo com os respetivos argumentos e problemáticas⁵, se consegue identificar um conjunto de variáveis comuns e transversais a todos os trabalhos⁶, originando uma problemática transversal que ainda não foi alvo de investigação, a integração de AtEsp nas unidades convencionais, em que nós nos propomos a desenvolver.

Moreira (2008) elaborou um estudo para verificar a necessidade da introdução da capacidade *sniper* nas operações em áreas edificadas⁷, com base no novo ambiente operacional, apresentando de forma sumária a necessidade de inserir esta capacidade na orgânica dos BI, no combate em áreas edificadas.

Borges (2008) validou a necessidade da utilização do *sniper* na capacidade operacional duma Força Nacional Destacada (FND) no TO do Afeganistão, tendo por analogia a doutrina e organização dos EUA, pois estes possuem Equipas *sniper* integradas nas suas unidades aos baixos escalões, identificando desde logo esta possibilidade para o Exército Português.

³ Corresponde ao estado da arte compreendendo o atual conhecimento no âmbito de um determinado tema que “é um passo importante para que se comece bem a pesquisa ou investigação. Permite, por um lado, identificar o conhecimento que se detém sobre o tema em estudo e, por outro, evitar trabalho desnecessário ao investigador, particularmente no esforço de busca e de análise de informação entretanto já desenvolvido por outros autores” (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2014, p. 32).

⁴ Estas “devem de ajudar a constituir a problemática de investigação. As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida; as entrevistas contribuem para descobrir aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 69).

⁵ A problemática de uma investigação materializa-se pela pergunta de partida, segundo o interesse e capacidades do próprio investigador, tendo de apresentar algo de inovador, sentido de oportunidade e valor académico e prático (Barroso & Afonso, s/d).

⁶ As variáveis identificadas visam a complexidade do ambiente operacional, a crescente ameaça irregular e a necessidade de dotar as unidades de Infantaria com atiradores de precisão.

⁷ Atualmente também designadas como áreas urbanas.

Miranda (2009) desenvolveu um possível emprego da capacidade militar *sniper* no novo ambiente operacional, tendo em consideração as novas ameaças. Para tal, foi caracterizado e feita a distinção entre o *sniper* de operações especiais e o *sniper* convencional, recorrendo à experiência portuguesa nesta área.

Batista (2012) abordou o emprego de Equipas *sniper* em apoio às forças convencionais, tendo como referência os BI, assumindo uma elevada importância em várias tipologias de missões.

Salientamos ainda dois artigos no âmbito do Curso de Promoção a Capitão de Infantaria (CPCI) de 2010, do Grupo de Trabalho n.º 1 e n.º 2, em que os seus resultados nos propõem a integração de AtEsp nas Unidade Escalão Companhia (UEC), em comparação com o que já se verifica em unidades do Exército dos EUA.

O Grupo de Trabalho n.º1 do CPCI (2010), no âmbito de um trabalho sobre a formação e treino das pequenas unidades de Infantaria em ambientes de contrassubversão, efetuou um estudo para levantar as capacidades necessárias para uma UEC, quando comparado com as capacidades assumidas pelos países membros da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), face às novas ameaças e às missões a desempenhar por estas unidades. Assim, foi identificada a necessidade do emprego de AtEsp, pois estes permitiriam minimizar possíveis danos colaterais.

Já o Grupo de Trabalho n.º2 do CPCI (2010), no âmbito do seu trabalho relacionado com o emprego de pequenas unidades de Infantaria em ambientes de contrassubversão, identificou a necessidade da inclusão de AtEsp nas UEC, ao nível dos Pelotões de Infantaria⁸. Para este grupo de trabalho as UEC devem possuir flexibilidade de forma a enfrentarem as novas ameaças, que se dissimulam na população. A inclusão de AtEsp aos mais baixos escalões possibilitaria uma maior capacidade de proteção da força, permitindo eliminar alvos específicos com precisão reduzindo a possibilidade de existência de danos colaterais.

Deste modo podemos verificar que recentemente a temática dos *snipers* e AtEsp tem sido bastante debatida através de vários trabalhos e relatórios de investigação científica, salientando a importância da temática pelo elevado número de trabalhos e estudos elaborados. No entanto, a integração de AtEsp em unidades convencionais, especificamente, em proveito das UEB de Infantaria, é uma lacuna identificada a partir dos diversos trabalhos não tendo até ao momento sido estudada em detalhe através de um trabalho de investigação.

⁸ Consultar Apêndice A - Organização de uma Companhia de atiradores.

Desta forma, perante esta lacuna identificada, aborda-se numa primeira fase o atual ambiente operacional. Numa segunda fase, é nosso propósito apresentar possíveis estruturas orgânicas, missões e emprego operacional de diversas UEB de Infantaria, efetuando uma analogia entre as unidades das FFAA dos EUA e do Exército Português. Finalmente é nossa intenção promover uma clara distinção entre os conceitos de *marksmanship*, *sniper*, *AtEsp* e *sharpshooter*.

1.1. Ambiente operacional

O atual ambiente operacional, onde decorrem as operações militares, caracteriza-se por ser extremamente complexo e influenciável por diversos fatores. De acordo com o *Headquarters Department of the Army*⁹ (HQDA, 2008a, pp. 1-1), através do *Field Manual* (FM) 3-0, este é caracterizado como “a combinação das condições, circunstâncias e influências, que afetam as capacidades de emprego e a tomada de decisão de um comandante”.

O HQDA (2008a), através do FM 3-0, refere que o ambiente operacional é composto pelo inimigo, forças adversárias, forças amigas e neutrais que se incluem em todo o espectro do conflito e é necessário compreender o Estado e governo em exercício de funções, a tecnologia, o ambiente físico, os recursos locais e a cultura local. Associado aos fatores anteriormente descritos, existe um risco crescente que conduz à instabilidade e continuidade dos conflitos persistentes¹⁰.

Em termos doutrinários, a nível nacional, segundo o Estado-Maior do Exército (EME, 2012a), a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00, caracteriza o ambiente operacional como o conjunto de situações e fatores que influenciam o emprego de forças militares, afetando a tomada de decisão do comandante e caracteriza-o pela sua instabilidade e persistência.

Verificam-se ainda algumas tendências, que de acordo com o EME (2012a), através da PDE 3-00, podem influenciar as operações de forças terrestres, dentro das quais destacamos os Estados falhados¹¹, as alterações demográficas e a urbanização.

⁹ Instituição militar dos EUA equivalente ao Estado-Maior do Exército (EME) Português.

¹⁰ Consideramos um conflito persistente como “um confronto prolongado entre Estados, atores não Estatais e individuais que estão cada vez mais dispostos a recorrer à violência para atingir os seus fins e impor a sua ideologia política” (HQDA, 2008a, p. 1-1) no FM 3-0.

¹¹ Os Estados falhados caracterizam-se pela difícil aceitação a uma abertura cultural e intelectual, tendo diversos problemas na área da segurança e podem em muitos casos constituir-se como santuários para organizações radicais. O crescimento demográfico verificado, sobretudo nos países em vias de

A urbanização, que importa clarificar a sua importância, de acordo com o EME (2012a, p. 1-3) na PDE 3-00, verifica-se que atualmente “as áreas urbanas estão a aumentar em número e dimensão, fruto do êxodo rural e da explosão demográfica. No futuro estima-se que mais de metade da população mundial viverá em cidades¹², fazendo com que, pela primeira vez na história da humanidade, a população seja predominantemente urbana”.

Como consequência no referido anteriormente, de acordo com o HQDA (2009), pelo FM 3-24.2, o aumento das áreas urbanas é um indicador, do crescente potencial para os futuros conflitos se desenvolverem nas mesmas. Pode-se assim pressupor que os futuros conflitos armados tenham uma tendência para se verificarem em áreas urbanas, característica de países em vias de desenvolvimento e em regiões onde os Estados geralmente são mais débeis, sem capacidades para governar e manter a ordem, acrescido de difíceis condições de vida, desemprego e distribuição desigual de recursos que se verifica na população, que potenciam as características ideais para o aparecimento de focos de instabilidade.

Os potenciais inimigos cientes destas alterações, segundo o HQDA (2006a), através do FM 3-06, reconhecem o risco e complexidade destas áreas para as forças atacantes, identificando assim o que poderia ser uma das poucas formas de conseguirem anular o poder de fogo e as capacidades tecnológicas que as grandes potências militares possuem atualmente no campo de batalha.

As áreas referidas anteriormente, segundo o HQDA (2008a), através do FM 3-0, levam a que os soldados tenham de alterar o modo de como aplicam a força, uma vez que o inimigo vai procurar as populações para obter proteção e poder preparar-se para ações futuras. As populações são também uma proteção contra-ataques, pois contêm inúmeros elementos civis e ao mesmo tempo dificultam a deteção dos elementos hostis por parte dos meios de deteção das forças opositoras.

Também na doutrina nacional se verifica o descrito anteriormente, e segundo o EME (2012a), pela PDE 3-00, vai existir uma tendência para o inimigo se misturar com a população, passando as operações militares a desenrolarem-se no seio da população, tornando o ambiente operacional cada vez mais complexo.

desenvolvimento, tem gerado instabilidade criando as condições adequadas para o desenvolvimento e atuação de grupos radicais e extremistas (EME, 2012a) na PDE 3-00.

¹² “Em 1950, 29% da população mundial vivia em áreas urbanas; em 2008, quase metade da população mundial vivia em áreas urbanas; e em 2050, estima-se que 60% da população mundial viverá em áreas urbanas” (HQDA, 2009, p. 1-2) no FM 3-24.2.

Dearolph¹³ (2002) afirma que os inimigos das grandes potências militares, perante a sua inferior capacidade militar, poderão passar a operar em ambientes complexos, tais como cidades, ao invés de as atacarem de uma forma convencional em terreno aberto. A presença de civis num ambiente urbano condiciona a atuação das forças militares¹⁴, agravado ainda pelo facto dos combatentes inimigos se misturarem com as populações e não envergarem um uniforme, tornando a distinção entre ambos difícil. Desta forma, os comandantes têm de estar preparados para lidarem com as populações e negociarem com as mesmas, pois qualquer situação potencialmente negativa vai ser associada às forças militares presentes no terreno.

Também Antunes¹⁵ (2010) afirma que o sistema internacional tem sofrido alterações ao nível local, regional e global, desde o fim da guerra fria, originando situações de instabilidade e conflito persistente. Estas resultam de fenómenos como o desenvolvimento tecnológico, globalização, alterações demográficas, aumento das áreas urbanas, alterações climáticas, necessidades de recursos essenciais e a proliferação de armas de destruição maciça. Afirma ainda, que o aumento das tecnologias de informação, transportes, entre outros, têm impacto no ambiente operacional, tornando-o cada vez mais complexo, o que leva a que as operações militares se desenrolem ao longo de todo o espectro do conflito¹⁶. Verifica também que existe uma tendência para o inimigo se misturar com a população, bem como um aumento da letalidade e do alcance dos sistemas de armas, o que aumenta o risco para com os combatentes e não combatentes.

O mesmo autor, Antunes (2010), conclui que a natureza das operações terrestres engloba um conjunto complexo de ações letais/não letais orientadas para o inimigo, adversários e população local, deixando de verificar-se apenas o combate letal perante outro exército.

Segundo Reynolds¹⁷ (2014), os futuros conflitos continuarão a ser irregulares sob a forma de insurgência, guerrilha, terrorismo, entre outros, sendo que serão evitados os conflitos entre Estados. Assim, pressupõe um aumento dos grupos não estatais que recorrerão a métodos assimétricos e irregulares para atingir os seus objetivos, pois não têm a capacidade de fazer face diretamente ao poder militar das forças convencionais.

¹³ *Lieutenant Colonel, United States Marine Corps (USMC).*

¹⁴ O autor refere-se às FFAA dos EUA (*United States Forces*), mas consideramos que é uma problemática transversal às FFAA ocidentais.

¹⁵ Tenente-Coronel de Infantaria, Exército Português.

¹⁶ O espetro do conflito é composto por paz estável, paz instável, guerra subversiva e guerra total, com o nível de violência crescente por esta ordem (EME, 2012a) na PDE 3-00.

¹⁷ *Lieutenant Colonel, United States Army.*

Verifica-se assim a existência de uma ameaça de cariz irregular no atual ambiente operacional, e segundo o HQDA (2008a), através do FM 3-0, esta sendo mais fraca que os seus adversários, recorre à guerra irregular para conduzir os seus adversários à exaustão através do conflito permanente. No entanto, esta tipologia de ameaça tenta combinar as capacidades tradicionais¹⁸, irregulares, catastróficas¹⁹ e desestabilizadoras²⁰, mudando constantemente a natureza da sua ação. Desta forma a natureza do conflito está em constante alteração, e esta ameaça ataca as forças opositoras em terrenos complexos ou em áreas urbanas, para tentar anular as vantagens das mesmas, recorrendo à dispersão da sua força, em pequenas unidades de combate, de elevada mobilidade e difusas entre a população local.

De acordo com o HQDA (2008a), através do FM 3-0, as suas operações têm vindo a aumentar o seu grau de complexidade, combinando operações convencionais, não convencionais, irregulares, táticas criminais e operações de informação, tendo como objetivo criar e manter condições de instabilidade e afastar a população das forças opositoras. Esta tipologia de ameaça recorre a uma violência indiscriminada e usa a tecnologia atual para difundir as suas ações. Constitui-se como uma ameaça híbrida, que “é uma combinação diversa e dinâmica de forças regulares, irregulares, grupos criminais ou a combinação destes com outros elementos, para atingirem um fim de benefício mútuo” (HQDA, 2008a, p. 1-5) no FM 3-0.

A doutrina nacional mantém-se em linha com a dos EUA, e o EME (2010a), através da PDE 3-09-00, caracteriza a ameaça como sendo predominantemente não militar, de natureza mais difusa, sendo variável e imprevisível, geralmente desterritorializada e mais perigosa.

Este novo ambiente operacional é caracterizado por Small²¹ (2000) como uma guerra assimétrica, aliada ao terrorismo, constituído por uma força militar mais fraca, que usa recursos limitados de forma aprimorada para se opor ao seu adversário militarmente mais forte.

Ramalho²² (2005) caracteriza o novo ambiente operacional pela presença de uma ameaça assimétrica extremamente adaptável, sendo que esta não tem capacidade para

¹⁸ Ameaças em que os Estados empregam as suas capacidades militares de forma convencional (EME, 2012a) na PDE 3-00.

¹⁹ Ameaças que envolvem a aquisição, posse e emprego de armas de destruição massiva (EME, 2012a) na PDE 3-00.

²⁰ Ameaças que desenvolvem e empregam novas tecnologias para reduzir ou anular as capacidades das nossas forças (EME, 2012a) na PDE 3-00.

²¹ *Captain, United States Army.*

²² General do Exército Português, Chefe do Estado-Maior do Exército entre 2006 e 2011.

enfrentar simetricamente as forças ocidentais. Esta tipologia de ameaça emprega táticas não convencionais recorrendo às capacidades tecnológicas de uma forma não esperada e a tecnologias de baixo custo.

Antunes (2010) caracteriza a mesma tipologia de ameaça como possuindo um carácter transformacional, sendo que esta é composta por Estados-nação, organizações, grupos ou pessoas com a capacidade para danificar ou destruir as vidas humanas, instituições e recursos vitais. A grande característica desta tipologia de ameaça é a sua capacidade adaptativa perante as situações, sendo evolutiva e transformacional.

Existem assim ameaças irregulares “constituídas por oponentes que empregam métodos e meios não convencionais para atingir os seus objetivos” (EME, 2012a, p. 1-6) na PDE 3-00. Estas caracterizam-se por serem militarmente mais fracas, recorrendo à guerra irregular como forma de contrariar a ação do seu adversário prolongando o conflito, utilizando meios para a sua ação como o terrorismo, subversão e a guerrilha.

1.2. Doutrina das Forças Armadas dos Estados Unidos da América

Segundo o HQDA (2006b), através do FM 3-21.20, os BI possuem a capacidade de atuarem em toda a tipologia de operações, podendo assumir um cariz ofensivo, defensivo, de estabilização ou de apoio civil. Para cumprirem o designado recorrem a uma estrutura organizacional dotada de diversas capacidades, entre as quais destacamos a capacidade *sniper*²³.

Da estrutura organizacional verificada nos BI, estes incluem uma Secção *sniper* que está à disposição do comandante de Batalhão, tendo como missão primária “em combate o apoio às operações através da execução de fogos diretos de longo alcance em alvos específicos”, de forma a garantir a proteção da força e consequentemente uma maior liberdade de ação, antecipando ações da ameaça sobre as nossas forças (HQDA, 2006b, p. 1-10) no FM 3-21.20.

A Secção *sniper*, de acordo com o HQDA (2006b), pelo FM 3-21.20, é composta organicamente por dez homens, sendo que possui três armas *sniper* de longo alcance²⁴ e três de alcance standard²⁵. O comandante desta Secção *sniper* responde diretamente ao

²³ Consultar Anexo A - Organização de um BI do Exército dos EUA.

²⁴ Consideramos armas de longo alcance aquelas que utilizam uma munição especial de calibre 12.7mm, 14.5mm, 20mm ou prestações semelhantes, podendo os alcances variar entre os 500 e os 2000 metros (Canas, s/d).

²⁵ Consideramos armas de alcance standard as que utilizam munições otimizadas de calibre 7.62mm, 8.6mm *Lapua*, 300 *Winchester* ou equivalente, podendo os alcances variar entre os 300 e os 1000 metros (Canas, s/d).

comandante de Batalhão relativamente ao emprego da mesma e, em operações, a Secção pode articular-se em Equipas *sniper*, com possibilidades de constituir três Equipas de três homens cada. Estas Equipas têm, um *sniper*, um observador e um terceiro elemento que garante a integridade e segurança da mesma.

De acordo com o mesmo autor, HQDA (2006b, p. 1-10) através do FM 3-21.20, as Equipas *sniper* referidas anteriormente podem ser empregues em todos os tipos de operações, incluindo patrulhas, emboscadas, elementos de observação avançada, operações em áreas urbanas e em operações retrógradas.

A *Stryker Brigade Combat Team (SBCT) Infantry Battalion*²⁶, unidade que estabelecemos como estrutura orientadora para comparar com os BIMec(R) do Exército Português, de acordo com o HQDA (2003a), pelo FM 3-21.21, tem como missão estreitar o combate com o inimigo através do fogo e manobra, a fim de destruir ou capturá-lo, repelir o seu assalto pelo fogo, através do combate próximo e contra-atacá-lo.

O HQDA (2003a), através do FM 3-21.21, caracteriza os BI da SBCT pela elevada capacidade de projeção, num curto espaço de tempo, para um TO. Estes podem conduzir operações em todo o espectro de conflito, sob quaisquer tipos de terreno e condições climáticas, contra qualquer tipologia de ameaça, seja esta convencional ou não convencional. Geralmente constituem-se como a força inicial²⁷ a ser projetada para um TO.

Entre as capacidades e limitações dos BI da SBCT, descritas no HQDA (2003a), pelo FM 3-21.21, destacamos algumas. Neste sentido, destacam-se as seguintes capacidades: a mobilidade tática; a condução de operações ofensivas e defensivas em qualquer ambiente operacional; cumprir a execução de tarefas táticas²⁸ definidas, de acordo com o emprego num determinado cenário.

Como limitações destacam-se: a vulnerabilidade aos fogos diretos inimigos, ataques Nucleares, Biológicos e Químicos (NBQ) e ataques aéreos; a reduzida capacidade de comando e controlo aquando das forças apeadas; a limitação na operação em áreas de floresta densa, terrenos acidentados e com declives acentuados; e na transposição de determinados obstáculos no meio aquático.

²⁶ Também conhecida somente por Batalhão *Stryker*.

²⁷ Também designado por *Entry Force*.

²⁸ Consultar a publicação do EME (2010b), PDE 0-19-00 Sinais Convencionais Militares, capítulo 5, secção II.

Na sua estrutura orgânica os BI dispõem da capacidade *sniper*, materializada por uma Secção *sniper*, como mostra a figura seguinte (Ver Figura n.º 1) (HQDA, 2003a), pelo FM 3-21.21.

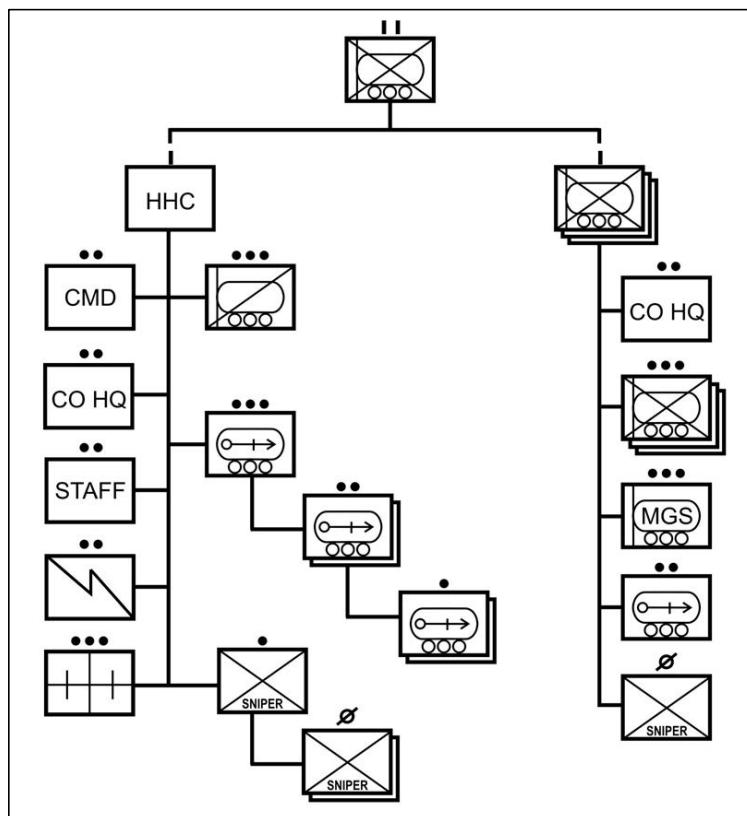


Figura n.º 1 - Organograma de um BI da SBCT do Exército dos EUA

Fonte: (FM 3-21.21) HQDA, 2003a, p. 1-6.

Conforme iremos verificar apresenta algumas diferenças face às Equipas *sniper* referidas anteriormente. De acordo com o HQDA (2003a), pelo FM 3-21.21, a Secção *sniper* constitui-se como uma organização modular²⁹, composta por um comandante de Equipa e duas Equipas *sniper* a três homens, que podem operar independentemente. Cada Equipa tem a capacidade de apoiar as ações do Batalhão, dispondo para tal de armas *sniper* para efetuar fogos diretos antipessoal até aos 800 metros e armas *sniper* para antipessoal e anti material/equipamento para além dos 800 metros, atuando assim a longas distâncias.

O seu emprego operacional consegue apoiar a manobra dos Batalhões, referenciado pelo HQDA (2003a), através do FM 3-21.21, eliminando alvos específicos, incapacitando viaturas de blindagem ligeira, garantindo a proteção da força, empregando fogos precisos

²⁹ Consultar Anexo B - Organização da SBCT do Exército dos EUA, alínea B.1 Equipa *sniper* do Batalhão.

em operações urbanas e desenrolar ações contra *sniper*. Neste caso, cada uma das Companhias de Infantaria da SBCT possuem também organicamente uma Equipa *sniper*³⁰.

Também nas operações em áreas urbanas, o HQDA (2011), através do *Army Tactics, Techniques, and Procedures* (ATTP) 3-06.11 em operações ofensivas e defensivas, prevê a utilização da capacidade *sniper* para apoiar os comandantes, nomeadamente na obtenção de informação ou mesmo condicionando a ação do inimigo. Estes podem ter a capacidade de se infiltrar nas linhas inimigas por meios aéreos, terrestres ou marítimos, por exemplo, em operações de marcha para o contacto eliminar alvos específicos a partir de posições inesperadas. Já em ataques deliberados, as Equipas *sniper* podem ser empregues juntamente com os elementos de apoio, para apoiar a ação dos elementos de assalto, pois têm a capacidade de reduzir os alvos inimigos entre a ação das forças amigas. Numa situação de defesa em áreas urbanas, destaca-se a capacidade de recolha de informação e o alerta oportuno do movimento de forças inimigas. Esta capacidade é assim considerada útil em áreas urbanas, mas também em operações de estabilização para apoiar a tomada de decisão dos comandantes, principalmente pela sua elevada capacidade de recolha de informação.

A utilização de AtEsp nas unidades da SBCT, aos baixos escalões, também se verifica, e de acordo com o HQDA (2010a) através do ATTP 3-21.9, os Pelotões da SBCT possuem um *Squad Designated Marksman* (SDM), isto é, um AtEsp por Secção de Atiradores (SecAt).

A utilização do AtEsp (SDM) está também prevista aos baixos escalões das restantes unidades de Infantaria do Exército dos EUA, de acordo com o HQDA (2007), como referido no FM 3-21.8, onde cada SecAt possui um AtEsp, semelhante ao referido anteriormente.

O AtEsp permite ao comandante de Pelotão ter uma maior flexibilidade, ao mesmo tempo que melhora a capacidade de aquisição de alvos da força e supressão dos mesmos, melhorando assim as ações do Pelotão, diminuindo o risco de fratricídio, danos colaterais ou baixas civis.

1.3. Doutrina do Exército Português para os Batalhões de Infantaria

Existe uma distinção entre os BI do Exército Português e os do Exército dos EUA, como iremos apresentar. Verifica-se ainda que as UEC de Infantaria que integram os BI também não dispõem de AtEsp nos seus Pelotões / Secções, como se verifica nas unidades equivalentes do Exército dos EUA.

³⁰ Consultar Anexo B - Organização da SBCT do Exército dos EUA, alínea B.2 Unidade escalão Companhia.

Em termos de definição e apresentação do estado da arte, de acordo com a Escola Prática de Infantaria³¹ (EPI, 2008), na Brigada Mecanizada (BrigMec) um Batalhão de Infantaria Mecanizado de Lagartas (BIMec(L)) não está dotado organicamente³² quer da capacidade *sniper* quer de AtEsp. A capacidade *sniper* apenas está prevista nos Quadros Orgânicos (QO) do EME (2009a), com o reforço de Equipas *sniper* atribuídas pelas Forças de Operações Especiais (FOEsp) quando necessário.

Em relação às unidades pertencentes à Brigada de Reação Rápida, o Batalhão de Comandos (BCmds) (EME, 2009b), como descrito no respetivo QO, prevê a utilização da capacidade *sniper*, materializada por uma Secção *sniper* por cada Companhia de Comandos, no entanto, esta não está constituída e é garantida pelas FOEsp. Está ainda previsto a utilização de um AtEsp por cada Grupo de Combate³³.

Os Batalhões de Infantaria Paraquedista (BIPara) (EME, 2009c), como descrito nos respetivos QO, também preveem a utilização da capacidade *sniper*, materializada por uma Secção *sniper* na Companhia de Comando e Apoio, não estando também constituída, sendo garantida pelas FOEsp quando necessário. Está ainda previsto o emprego de dois AtEsp por SecAt.

Podemos assim verificar que as unidades da BrigInt e da BrigMec do Exército Português não possuem na sua estrutura a capacidade *sniper* e sempre que necessitam da mesma para desempenhar as suas missões é-lhes atribuída esta capacidade pelas FOEsp. Deste modo, esta capacidade está atualmente dependente das FOEsp e de acordo com o descrito pelo EME (2009d) no respetivo QO, está constituído um Pelotão *sniper*, organicamente a quatro Equipas *sniper* ligeiras e duas Equipas *sniper* pesadas, estando as Equipas ligeiras orientadas para o pessoal e as Equipas pesadas para a destruição ou neutralização de material e equipamento.

Abordando agora com maior pormenor os BIMec(R) da BrigInt, objeto de análise em termos de comparação com um Batalhão *Stryker*, o 1º e 2º BIMec(R)³⁴ têm com missão preparar-se “para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza” (EME, 2012b, p. 1-4) na PDE 3-52-05.

³¹ A EPI foi extinta em outubro de 2013, sendo as suas infraestruturas atualmente a Escola das Armas, onde integra as armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Transmissões.

³² Consultar Anexo C - Organização de um BI da BrigMec do Exército Português.

³³ Unidade de escalão equivalente a Pelotão.

³⁴ 1º BIMec(R) no Regimento de Infantaria (RI) n.º 13 em Vila Real e o 2º BIMec(R) no RI n.º 14 em Viseu.

De acordo com o EME (2009e), através do QO do 1º BIMec(R) da BrigInt, o BI têm a possibilidade de conduzir toda a tipologia de operações em todo o espectro de operações, em que destacamos as operações ofensivas e defensivas, em qualquer tipo de terreno e condições meteorológicas. Caracteriza-se como uma força de elevada prontidão, sendo o seu emprego preferencial em ambientes onde é necessário poder de fogo, proteção e uma fácil projeção, podendo ser uma força de projeção inicial.

Entre as capacidades reconhecidas aos BI da BrigInt, referidas pelo EME (2009e), no respetivo QO do 1º BIMec(R) da BrigInt, destacamos: a capacidade de atuar de forma autónoma até ao escalão Secção; conduzir operações em áreas edificadas; conduzir ações ofensivas executando fogos diretos em movimento ou apeado, apoiadas por fogos indiretos, empenhando as forças inimigas pela concentração de fogos; conduzir ações de combate próximo recorrendo a armamento portátil; pode também cumprir diversas tarefas táticas, definidas superiormente.

Das principais limitações, referidas no QO do 1º BIMec(R) da BrigInt, pelo EME (2009e), destacam-se: a sobrevivência face a ameaças blindadas; emprego limitado em terreno impeditivo³⁵, quando montado; e reduzida capacidade de comando e controlo quando apeado.

De acordo com o EME (2012b), através da PDE 3-52-05, os BI não dispõem na sua estrutura orgânica de elementos *sniper*, nem de AtEsp, como representado pela figura seguinte (Ver Figura n.º 2). Apenas nos respetivos QO se prevê, no conceito de emprego, o reforço com Equipas *sniper* por parte das FOEsp, para desempenharem missões de *snipers* convencionais³⁶.

³⁵ Constitui-se como terreno impeditivo áreas edificadas com diâmetro $\geq 500\text{m}$; intensidade de corrente $\geq 1,20\text{m}$; declives $\geq 45\%$; campos de minas; entre outros (EME, 2010c) na PDE 2-09-00.

³⁶ O *sniper* convencional é um elemento que se constitui como um multiplicador de força que permite aos Pelotões e Companhias focarem-se noutros objetivos durante as operações, pois estes mantêm o controlo da situação e providenciam informações em tempo real para os comandantes (Glancy, 2005). São exemplos de possíveis missões, patrulhas de combate, emboscadas, operações contra *sniper*, observação, entre outras (EME, 2009e) no QO do 1º BIMec(R) da BrigInt.

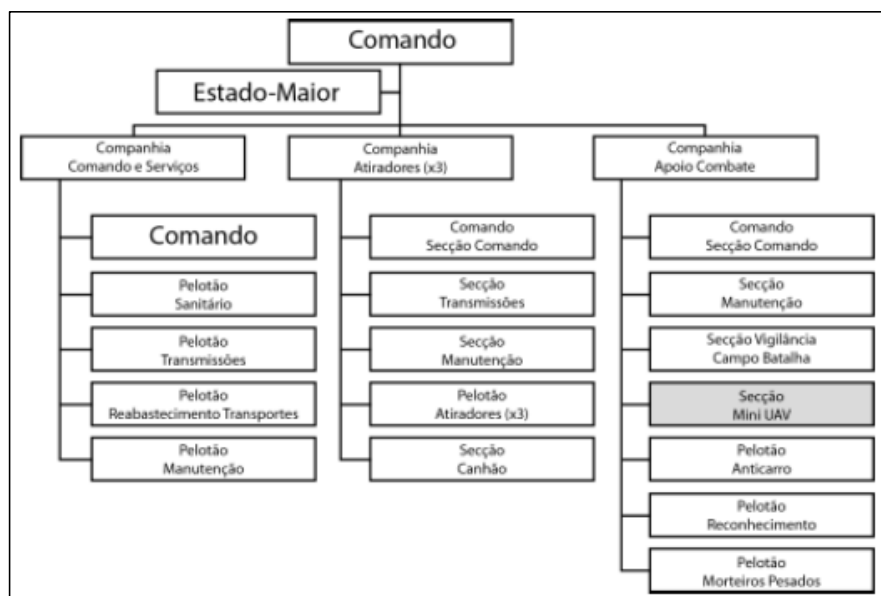


Figura n.º 2 - Organograma de um BIMec(R) da BrigInt do Exército Português

Fonte: (PDE 3-52-05) EME, 2012b, p. 1-4.

O emprego de AtEsp nos BIMec(R) é feita referência pelo EME (2012c), na PDE 3-52-16, referente aos baixos escalões (Pelotão e Secção) dos BIMec(R) referidos anteriormente, como mostra a figura seguinte (Ver Figura n.º 3). O AtEsp é referido como um elemento que aumenta o potencial de uma unidade e está integrado na SecAt. Este possui uma Espingarda Automática (EspAut) G3 equipada com bipé e alça, atuando como um membro da Esquadra de manobra, sob a responsabilidade do comandante de Secção, tendo a capacidade de bater alvos com precisão a distâncias superiores aos restantes atiradores. Refere ainda a utilização do AtEsp em operações em áreas edificadas de modo a minimizar os danos colaterais.

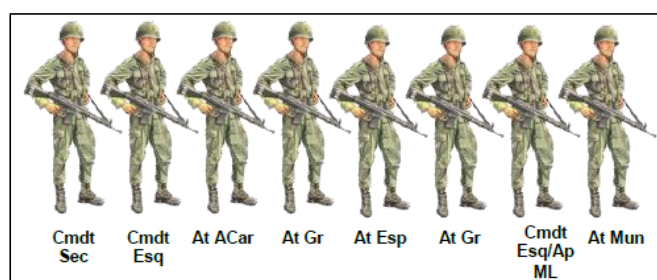


Figura n.º 3 - Organização de uma SecAt de um BIMec(R) da BrigInt do Exército Português

Fonte: (PDE 3-52-16) EME, 2012c, p. 1-12.

A utilização da capacidade *sniper* está prevista em outras operações militares. Nas operações em áreas edificadas, segundo o EME (2011a), através da PDE 3-07-14, está prevista a utilização em operações defensivas da capacidade *sniper* ou de AtEsp, podendo estes atuarem de forma isolada, embora a definição apresentada seja referente apenas à utilização de *snipers*, não clarificando a distinção entre ambos. Devem assumir uma posição elevada que lhes possibilitem bons campos de tiro de longo alcance e observação em todas as direções, conseguindo apoiar uma força, batendo alvos que ponham em perigo a mesma. Assim, o emprego desta capacidade pode ser eficaz tanto para a defensor como para o atacante, neste tipo de áreas.

Nas operações de apoio à paz, onde os BIMec(R) podem ser empregues, segundo o EME (2011b), através da PDE 3-65-00, preve-se a utilização de Equipas *sniper* e AtEsp para o controlo de áreas urbanas, de forma a melhorar a proteção da força, especialmente contra possíveis flagelações provenientes de *snipers* ou AtEsp da força opositora. Descreve ainda que uma força neste tipo de operações deve apresentar na sua constituição para além do seu dispositivo base constituído por forças de reação, detenção e de reserva, forças contra *sniper* e de apoio à observação, integradas em várias forças de acordo com as missões, como por exemplo, em escoltas.

Nas operações de Controlo de Tumultos (CT), os BIMec(R) têm executado esta tipologia de operações, principalmente quando projetados como FND para o Kosovo, normalmente integradas nas operações de apoio à paz referidas anteriormente. De acordo com o EME (2013a), através da PDE 3-68-00, podem ser utilizadas Equipas *sniper*, habitualmente constituídas por dois elementos, um *sniper* e um *spotter*³⁷, ambos com capacidade para cumprir a missão de atirador, para garantirem a proteção da força. Podem desempenhar tarefas em CT entre as quais destacamos: missões de reconhecimento e vigilância; auxílio na tomada de decisão de comandantes; identificação de ameaças; e missões contra *sniper*.

1.4. Definição conceptual

Consideramos importante efetuar um enquadramento conceptual, de forma a definir as diversas tipologias de atiradores de precisão. Para tal, efetuamos uma abordagem ao *marksmanship*, *sniper*, AtEsp e por último ao *sharpshooter*.

³⁷ Elemento que auxilia e verifica o desempenho do *sniper*, nomeadamente na localização e identificação de objetivos, na avaliação da distância ao alvo, no cálculo dos efeitos das condições meteorológicas na balística, entre outras (Centro de Tropas de Operações Especiais [CTOE], s/d).

1.4.1. *Marksmanship*

Para efetuar as suas tarefas qualquer militar tem de possuir capacidade para efetuar tiro com o seu armamento orgânico seja ele de qualquer tipo. Assim, um atirador de Infantaria tem de ser treinado para efetuá-lo contra o seu alvo a curtas distâncias³⁸, que normalmente resultam dos alcances práticos³⁹ das armas ligeiras e desta forma todos os soldados têm de possuir treino de tiro para que possam melhorar a sua pontaria. Surge assim o conceito de *marksmanship*, que corresponde a capacidade de efetuar tiro ajustado sobre um determinado alvo, recorrendo a qualquer tipo de armamento.

Miller⁴⁰ (1999) afirmou que os BI do Exército dos EUA consideram o treino de tiro como uma das tarefas críticas a efetuar pelas unidades, pois o sucesso ou insucesso do cumprimento da missão pode depender do nível de proficiência deste treino. Considera ainda que o treino de tiro efetuado pelos BI é básico, centrando-se nos resultados para uma qualificação, isto é, a aprovação⁴¹ e em “zerar”⁴² o armamento.

De forma a solucionar o anteriormente descrito, Miller (1999) aborda um programa de treino de tiro faseado, composto por cinco fases com o objetivo de cada soldado obter um progresso ao longo do programa. Este é composto por exercícios para “zerar” o armamento, avaliação de distâncias, qualificação e exercícios de tiro de Esquadra, Secção, Pelotão e Companhia.

Segundo Liwanag⁴³ (2007a), o treino de tiro das unidades é essencial, pois permite dominar o campo de batalha pela observação e emprego de fogos diretos. Em ambientes específicos como os urbanos, permite o emprego de fogos diretos com maior precisão e melhora a capacidade da força de não se expor aos fogos diretos inimigos. Este treino é também importante para que os soldados reajam de forma mais rápida e adequada a situações

³⁸ Consideramos curtas distâncias todas as que sejam inferiores ao alcance prático da arma do militar, apresentando como valor de referência os 200 metros.

³⁹ Consideramos importante distinguir os diferentes tipos de alcances para armamento. O alcance prático consiste na distância a que por norma se utiliza a arma para o seu emprego tático. O alcance útil consiste na distância a que a arma possibilita fazer tiro de forma ajustada, em geral traduzido pelo aparelho de pontaria. O alcance eficaz corresponde a distância a partir da qual o projétil lançado pela arma não produz efeitos assinaláveis, sendo o ricochete nulo. Por último, o alcance máximo consiste na máxima distância alcançada por um projétil, lançado a partir de uma arma com uma inclinação de cerca de 40° (EME, 2014) na PDE 07-70-00.

⁴⁰ *Sergeant First Class*.

⁴¹ Um atirador para ser considerado apto a efetuar tiro deve obedecer a uma sequência de treino de tiro, organizada e planeada. Existe ainda, correspondente a cada instrução específica de tiro, tabelas de tiro em que definem as pontuações a obter para as diversas fases/instruções de tiro (EME, 2014) na PDE 07-70-00.

⁴² Um atirador deverá “zerar” o seu armamento/equipamento, de acordo com as suas características para que todos os componentes para efetuar tiro se encontrem alinhados (EME, 2014) na PDE 07-70-00.

⁴³ *Lieutenant Colonel*.

inesperadas no campo de batalha, melhorando a capacidade de eliminar insurgentes que se exponham por curtos períodos de tempo.

Para Hill⁴⁴, Fenlason⁴⁵, & Townsend⁴⁶ (2010), o uso de um programa de treino de tiro, como o exemplo referido anteriormente, traz benefícios para os soldados nos resultados obtidos, na sua proficiência para com o seu armamento, melhorando a sua confiança e capacidade de tiro.

Donaldson (2013) afirma que dadas as tecnologias recentes no campo de batalha, disparar uma arma de fogo é uma tarefa simples, no entanto, treinar os militares para aproveitar efetivamente todas as capacidades do seu armamento é o grande desafio. Perante tal situação, defende a existência de programas de treino que possam variar entre exercícios de tiro virtuais e reais, que variem entre as distâncias convencionais e outras orientadas para situações específicas, como por exemplo, alvos em movimento ou capacidade de decisão.

Todas as definições apresentadas anteriormente, definem assim o conceito de *marksmanship* que consideramos ser um militar que possui um elevado treino de tiro e é exímio no emprego do mesmo através do seu armamento orgânico.

1.4.2. Sniper

De acordo com o HQDA (1994), através do FM 23-10, um *sniper*⁴⁷ é um elemento com habilidades, treino e equipamento específicos, com a capacidade de efetuar tiro com elevada precisão contra objetivos específicos, que pela sua localização, condições de visibilidade, alcance, entre outros, não podem ser eliminados por um atirador. Este possui o treino básico de um atirador, complementado por um treino contínuo de técnicas de sobrevivência no campo de batalha e disparos a longas distâncias⁴⁸.

Ainda de acordo com o mesmo autor, HQDA (1994), o FM 23-10 descreve que estes têm como missão primária o apoio de combate a outras unidades através do emprego de fogos diretos precisos a longas distâncias sobre alvos específicos, a fim de criar baixas entre o inimigo, abrandar os seus movimentos, desarticular o seu comando e controlo e diminuir o seu moral. Como missão secundária a recolha de informações do campo de batalha.

⁴⁴ *Lieutenant Colonel.*

⁴⁵ *Master Sergeant.*

⁴⁶ *Brigadier General.*

⁴⁷ Em 2009, no Afeganistão, registou-se por parte de um *sniper* do Exército Britânico, o disparo mais longo a uma distância de 2475 metros (White, 2015).

⁴⁸ Consideramos longas distâncias a partir dos 500 metros.

Um *sniper* é um atirador de elite, que para Henderson⁴⁹ (2001), é o elemento fundamental no campo de batalha, que pode atuar de forma autónoma no mesmo, entrar em posição⁵⁰ e possui todas as capacidades para eliminar alvos específicos com um único disparo.

Para Smith⁵¹ (2003), um *sniper* é mais do que um atirador exímio (*marksmanship*), porque possuem outras capacidades como a recolha e difusão de informações do campo de batalha, tem capacidade para solicitar e orientar apoio aéreo próximo⁵², morteiros, artilharia e manter a observação contínua sobre um objetivo específico.

Para o *Headquarters Marine Corps* (HQMC, 2004), de acordo com o *Marine Corps Warfighting Publication* (MCWP) 3-15.3, um *sniper* é um *Marine*⁵³ com elevadas capacidades de sobrevivência do campo de batalha e de tiro, empregando fogos diretos com precisão a longas distâncias sobre alvos específicos a partir de uma posição oculta. Um *sniper* tem como missão primária o apoio às operações de combate, tendo como missão secundária a recolha de informações no campo de batalha.

Dias⁵⁴ (2004) refere-se aos *snipers* como os elementos que são empregues em dois tipos de missões. Estes podem ser empregues de forma a colocar o inimigo sob pressão, diminuindo-lhe o moral, atrasando-lhe o movimento e dificultando a sua tomada de decisão, pelo emprego de fogos diretos com precisão. Se o objetivo é a obtenção de notícias este poderá ser empregue para tal situação. Assim, o *sniper* é um elemento que pode ser empregue em diversas tipologias de operações, tendo como objetivo de efetuar um tiro, uma baixa, no entanto, a sua ação não se limita à quantidade de inimigos abatidos, mas também ao número de informações recolhidas sobre o campo de batalha.

De acordo com o HQDA (2006b, p. 1-10), através do FM 3-21.20, os *snipers* têm como missão “causar baixas nas forças inimigas, retardar os seus movimentos, causar o pânico nos soldados inimigos, diminuir o seu moral e desarticular as suas forças” e como missão secundária a recolha de informação no campo de batalha.

⁴⁹ *Retired USMC.*

⁵⁰ Consiste numa posição adotada pelo *sniper* que permita efetuar tiro de forma consistente, relaxada e concentrada (CTOE, s/d).

⁵¹ *Specialist, United States Army.*

⁵² Também designado por *Close Air Support* (CAS).

⁵³ Por analogia com as FFAA Portuguesas pode-se obter uma analogia com o *Marine* como um Fuzileiro da Armada Portuguesa.

⁵⁴ Capitão de Infantaria, Exército Português.

Spicer⁵⁵ (2006) define *sniper*⁵⁶ como um soldado com elevadas qualificações e treino de atirador e observação, com a capacidade de localizar e informar sobre as ações executadas pelo inimigo, que quando se encontra numa posição oculta, tem a capacidade de manter a vigilância sobre o seu alvo e se necessário eliminá-lo com um único disparo.

Para Cruceiru (2012), um *sniper* é um militar selecionado, com capacidades para atuar de forma autónoma, como um elemento ou como Equipa, que atua em linhas inimigas, isolado das ações de outras forças amigas, a fim de obter informações sobre o campo de batalha ou efetuar ataques inesperados contra alvos específicos.

Canas⁵⁷ (s/d) considera que o *sniper* é o elemento mais temido do campo de batalha, possuindo uma técnica individual de combate extremamente desenvolvida, que lhe possibilita manobrar no campo de batalha entre diversas posições sem ser detetado. O elevado treino, associado a uma arma de precisão, permite-lhe empregar fogos diretos de forma eficaz e eficiente. O *sniper* tem também uma reconhecida capacidade para a recolha de informação no terreno, constituindo-se como a sua missão secundária.

De acordo com o CTOE (s/d) através do Manual Escolar *Sniper*, o *sniper* é um atirador exímio equipado com armamento específico, com grande capacidade executante da técnica individual de combate e de sobrevivência no campo de batalha. Desta forma consegue empregar fogos diretos com precisão a longas distâncias sobre alvos específicos, apoiando se necessário, as operações de combate. Da sua atuação resultam baixas no inimigo, atrasar os seus movimentos, diminuir o moral e desarticular o comando e controlo, providenciando informações sobre o mesmo.

O CTOE (s/d) apresenta como missão dum *sniper* eliminar alvos específicos sob quaisquer condições meteorológicas, de dia ou de noite, em todas as tipologias de operações, tendo como missão secundária atuar como elemento de observação, de modo a relatar notícias acerca do campo de batalha e regular fogos indiretos, se necessário.

Nos recentes conflitos o emprego de Equipas de *snipers* têm-se verificado útil nas operações de combate, como é o caso na operação *Iraqi Freedom*⁵⁸, segundo Cruceiru (2012), estes tiveram um importante papel na recuperação do controlo de certas áreas, na eliminação

⁵⁵ *Retired Sergeant Major, British Army.*

⁵⁶ Definição de acordo com a doutrina do Exército Britânico.

⁵⁷ Primeiro-Sargento Paraquedista, Exército Português.

⁵⁸ Desta operação resultou a ocupação do Iraque entre o ano de 2003 e 2011 por forças da coligação lideradas pelos EUA.

de insurgentes localizados em *bunkers*⁵⁹ e ao eliminar *snipers* inimigos, do Exército Iraquiano, que atacavam as forças militares dos EUA.

No TO do Afeganistão⁶⁰ “as Equipas *sniper* têm um contributo efetivo nas operações de contrainsurgência” (Cruceiro, 2012, p. 227), chegando mesmo a verificar-se um efeito dissuasor nas forças insurgentes, pois durante negociações com insurgentes, estes mesmo sem a presença de viaturas blindadas ou meios aéreos visíveis, pediam repetidamente para que não existissem ou que fossem retiradas as Equipas *sniper*.

1.4.3. Atirador especial

Freakley⁶¹ (2004) identificou que era crucial que todos os soldados tivessem boas capacidades de tiro e que a formação destes estava a ser dirigida para o tiro instintivo e para a massificação de fogos diretos sobre o inimigo. No entanto, perante os recentes cenários verificou-se que existe uma ameaça assimétrica e bem camuflada entre as populações, que necessita de uma resposta rápida e precisa. Na guerra do Iraque e do Afeganistão verifica-se que na maioria das situações os soldados americanos tiveram ações contra alvos a distâncias nunca inferiores a 300 metros, às quais estes não estavam treinados para o fazer, surgindo assim a necessidade da existência de atiradores, designados de especiais, que utilizam as armas padrão para efetuar fogos diretos aos 500 metros⁶², obtendo assim um melhor rendimento dos alcances do seu armamento.

Liwanag (2006) refere ainda que perante a experiência de combate recente nos TO referidos anteriormente, e nos recentes conflitos em áreas urbanas, os militares necessitam de um treino mais intensivo de tiro. É necessário agora efetuar fogos de precisão a maiores distâncias, pois as forças efetuam ataques aos 200/300 metros, quando possuem armas que têm alcances efetivos que o permitem fazer aos 500 metros.

De acordo com o HQDA (2007), através do FM 3-21.8, estes elementos integrados nas SecAt, não operam de forma autónoma no campo de batalha nem efetuam fogos de precisão a longas distâncias como os *snipers*. Possuem uma alça telescópica que acoplam à arma e têm um treino específico para efetuar fogos de precisão a curtas e médias distâncias⁶³. Por norma, este AtEsp é o soldado da Secção que demonstra ter a melhor habilidade para

⁵⁹ Consiste numa fortificação militar para proteger pessoas e/ou equipamentos de outros ataques.

⁶⁰ Consideramos a guerra no Afeganistão a decorrer desde o ano de 2001 até ao presente.

⁶¹ *Brigadier General, United States Army.*

⁶² O alcance efetivo máximo das espingardas automáticas M16 e M4, usadas pelas FFAA dos EUA, são respetivamente de 550 e 500 metros.

⁶³ Consideramos que o AtEsp opera às médias distâncias entre os 200 metros (curtas distâncias) e os 500 metros (longas distâncias).

efetuar tiro, sendo também um elemento com reconhecida maturidade, experiência, confiabilidade e bom senso. Este atua contra alvos identificados positivamente, de acordo com as prioridades do comandante de Secção ou Pelotão, tais como, líderes inimigos, soldados com meios rádios, metralhadoras ligeiras/médias, armas *sniper* ou lança granadas foguete, também designados como *Rocket-Propelled Grenade* (RPG), particularmente eficaz contra alvos que estejam expostos por curtos períodos de tempo. Este atirador tem também a capacidade de efetuar tiro numa posição estática ou em movimento, sem preparação, contra alvos fixos ou móveis.

Plaster⁶⁴ (2008) afirma que a utilização de *snipers* no TO do Iraque e Afeganistão, provou ser extremamente útil na deteção de insurgentes, no combate aos Engenheiros Explosivos Improvisados (IED)⁶⁵ e no emprego de fogos diretos com precisão reduzindo o risco de danos colaterais. Estes factos fizeram com que muitos comandantes no terreno solicitassem *snipers* para apoiar as ações das suas unidades, no entanto, uma das soluções encontradas foi a incorporação de AtEsp, designados na doutrina dos EUA como SDM ou por *Designated Marksman* (DM), de forma a colmatar a lacuna identificada.

Também Ehrhart⁶⁶ (2009) afirma que com a invasão do Afeganistão em 2001, o Exército dos EUA, percebeu que os futuros conflitos requeriam o emprego de fogos diretos de precisão a uma distância que não era usual e que os atiradores não estavam preparados para o fazer. Surge assim a necessidade de integrar um elemento com capacidade para empregar fogos diretos com precisão entre os 300 metros, o alcance de um atirador, e os 600 metros, distância a partir da qual opera um *sniper*.

Surge assim a necessidade de integrar um AtEsp, e segundo Liwanag (2006), foi desenvolvida doutrina para estes soldados, equipados com uma arma padrão ou uma carabina, com um alça telescópica que lhes possibilita atacar e eliminar alvos a médias distâncias de forma a apoiar a força, permitindo esta manobrar.

De acordo com o HQDA (2008b), através do FM 3-22.9, o AtEsp tem a capacidade de atacar alvos com precisão, utilizando o armamento padrão que equipa as unidades, operando entre os 300 metros e os 600 metros, isto é, a médias distâncias. Este é um elemento que integra uma unidade de Infantaria e que executa todas as tarefas dos demais atiradores,

⁶⁴ *Major, United States Army.*

⁶⁵ Um IED “é um dispositivo colocado ou fabricado de forma improvisada, contendo produtos químicos, explosivos, incendiários, tóxicos ou agressivos e concebido para matar, ferir, incapacitar ou causar distúrbios de qualquer tipo. Pode incorporar componentes provenientes de material militar, mas são normalmente manufaturados a partir de materiais de uso civil” (EME, 2011 c, p. 1-1) na PDE 3-64-00.

⁶⁶ *Major, United States Army.*

podendo executar fogos diretos como os restantes membros da sua Secção, no entanto, este possui capacidades para estimar distâncias, detetar alvos e efetuar fogo preciso sobre os mesmos.

Ainda de acordo com o mesmo autor, HQDA (2008b) pelo FM 3-22.9, este tem como missão atacar alvos entre os 300 a 500 metros com precisão, operando taticamente como um atirador. O AtEsp não é um *sniper*, nem possui o treino e equipamento para tal, não tendo desta forma a capacidade e habilidade para efetuar ataques a longas distâncias. O AtEsp deve manter um treino contínuo e regular para manter a sua proficiência e deve possuir um conhecimento adicional nas seguintes áreas: balística; pontaria; velocidade e direção do vento; controlo da respiração; aparelhos de pontaria e avaliação de distâncias.

Plaster (2008) afirma que a existência de AtEsp, equipados com alças telescópicas, tem um grande impacto nas unidades aos baixos escalões nos TO do Iraque e do Afeganistão. O seu equipamento permite empregar fogos diretos com precisão, entre o alcance padrão dos atiradores, as curtas distâncias, e a distância ao alcance do *sniper*, as longas distâncias.

Para Ehrhart (2009), o AtEsp é um elemento que possui o treino necessário para atacar alvos a distâncias entre os 300 metros e os 600 metros, isto é, a médias distâncias, com o armamento padrão equipado com uma alça telescópica. Este tem como missão primária cumprir tarefas de atirador na sua Secção e como missão secundária desempenhar tarefas de AtEsp.

No âmbito de um exercício efetuado pelo *Marine Corps Warfighting Laboratory*, Liwanag (2007b) descreve os resultados obtidos. Assim, oito militares tentaram identificar positivamente 132 alvos de vários uniformes e com diversas tipologias de armamento, entre os 90 e 640 metros, sendo que alguns possuíam alças telescópicas e outros não. Entre os resultados obtidos destaca-se o facto dos soldados sem alça telescópica apresentarem uma maior dificuldade na identificação dos alvos e mais de 50% dos alvos para além dos 90 metros não eram identificados por estes.

1.4.4. *Sharpshooter*

Harris⁶⁷ (1999) define *sharpshooter* como um elemento com melhor capacidade para efetuar tiro equipado com uma arma padrão com uma alça telescópica. Este executa fogos diretos com precisão entre as curtas e médias distâncias, atacando alvos identificados positivamente de acordo com uma prioridade de alvos, atribuída pelo seu comandante direto.

⁶⁷ *Lieutenant Colonel, United States Army.*

A utilização da alça telescópica permite melhorar a aquisição de vários alvos, melhorando também a eficiência dos ataques para os mesmos.

O *sharpshooter* pode ser empregue numa Secção, e Harris (1999) destaca algumas vantagens do seu emprego entre as quais o aumento do poder de fogo das Secções, melhorando a capacidade da mesma para eliminar alvos em diversas situações. Este pode também fornecer informações vitais sobre o campo de batalha aos seus comandantes, recorrendo ao uso das alças telescópicas. Devido à sua capacidade de empregar fogos diretos a uma distância superior com precisão, em relação aos restantes atiradores, permite-lhe criar baixas entre as forças inimigas, atrasar o seu movimento, afetar o seu moral e desarticular as suas ações afetando o comando das forças.

O mesmo autor, Harris (1999) destaca a importância da utilização dum *sharpshooter* pelo número de baixas que pode causar entre o inimigo, mas também pelo facto de este mostrar uma tendência para se misturar com o população, podendo assim diminuir o risco de existência de danos colaterais.

Liwanag (2007b) considera um *sharpshooter* como um AtEsp que se encontra ao mesmo nível tático do atirador e possui um treino específico de tiro. Este tem a capacidade de efetuar tiro direto contra alvos específicos para apoiar a ação das unidades aos baixos escalões (Esquadras, Seções e Pelotões), com o emprego de fogos diretos entre os 200/300 metros e os 500 metros (médias distâncias). Pode ser usado ainda em missões contra *sniper* e para aumentar o poder de fogo, com precisão, em operações em áreas urbanas, diminuindo o risco de danos colaterais.

Desta forma um *sharpshooter* é um elemento idêntico ao AtEsp, tendo em comum a sua missão, tarefas, conceito de emprego, a tipologia de armamento utilizado e o treino.

1.4.5. Síntese de conceitos

Para melhor compreender os conceitos anteriormente apresentados elaboramos uma tabela resumo (Ver Tabela n.º 1).

Tabela n.º 1 - Resumo dos conceitos de *marksmanship*, *sniper*, atirador especial e *sharpshooter*

<i>marksmanship</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Treino de tiro para o emprego de fogos diretos com precisão. • Melhora a capacidade de reação do atirador. • Treino direcionado para as curtas distâncias.
<i>sniper</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Elemento com uma elevada capacidade de sobrevivência no campo de batalha. • Missão primária: emprego de fogos diretos com precisão contra alvos específicos a partir de uma posição oculta. • Missão secundária: recolha de informações do campo de batalha. • Treino direcionado para as longas distâncias.
AtEsp	<ul style="list-style-type: none"> • Não opera de forma autónoma no campo de batalha. • Equipados com a arma padrão com uma alça telescópica. • Missão primária: atua como elemento de manobra da sua unidade. • Missão secundária: desempenha tarefas de AtEsp. • Treino direcionado para as médias distâncias.
<i>sharpshooter</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Equipado com a arma padrão com uma alça telescópica. • Missão, tarefas, emprego e tipologia de armamento e equipamento idênticas à do AtEsp.

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 2

MÉTODOS

O presente capítulo expõe o modelo de análise e aborda a metodologia e métodos utilizados para a realização deste trabalho. São apresentadas as várias etapas para a sua elaboração, um modelo para a revisão da literatura, o tipo de abordagem, procedimento e o modelo de análise. Seguidamente caracteriza-se o contexto de observação no tempo e no espaço, e apresenta-se os métodos e técnicas de recolha de dados utilizados, os procedimentos de amostragem e por fim as técnicas de tratamento e análise de dados.

Para a elaboração deste trabalho de investigação adotou-se um modelo das etapas do procedimento⁶⁸ de Quivy & Campenhoudt (2008). Este é composto por sete etapas divididas por três fases da investigação, a rutura⁶⁹, a construção e a verificação.

2.1. Metodologia para a elaboração da revisão da literatura

Para a elaboração da revisão da literatura recorreremos a um modelo de forma a facilitar e melhorar a mesma. Desta forma, segundo Martins⁷⁰, Santos⁷¹ e Rouco⁷² (2013), a revisão de literatura consiste num procedimento, relativo a um conjunto de atividades, suportadas por um método de pesquisa bibliográfica, através das quais se pretende elaborar um inventário, para posteriormente efetuar-se uma análise e síntese dos documentos considerados pertinentes para um determinado domínio de investigação de acordo com uma pergunta derivada, orientadora para toda a investigação, tendo como fim a apresentação do estado de arte, orientando desta forma para a problemática identificada, a integração de AtEsp em UEB de Infância.

Para a elaboração deste processo “é necessário começar por definir a sua estratégia, sendo esta (...) a abordagem ou a modalidade de ação escolhida pelo investigador para

⁶⁸ Consultar Anexo D - Modelo das etapas do procedimento.

⁶⁹ A rutura é o primeiro ato do procedimento científico e consiste em romper uma base teórica já existente, pois muitas vezes esta constitui-se por posições parciais. Após esta, a partir de um sistema conceptual organizado, surge uma problemática suscetível de ser estudada definindo-se o modelo de análise. Uma investigação apenas tem valor científico se for validada pelos factos (Quivy & Campenhoudt, 2008).

⁷⁰ Tenente-Coronel de Infância, Exército Português.

⁷¹ Professor Associado na área das tecnologias de informação e comunicação do Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho.

⁷² Tenente-Coronel de Infância, Exército Português.

conseguir identificar e obter os documentos e outros elementos mais relevantes associados ao problema de investigação” (Martins et. al., 2013, p. 139).

Para Martins et. al. (2013) aquando da realização de uma investigação deve-se apresentar o estado da arte relativa a uma área do conhecimento, sendo que esta deve ser sistematizada. Para o domínio das Ciências Militares, no qual se inclui o presente trabalho, são apresentados (Ver Tabela n.º 2) os elementos considerados fundamentais para a elaboração da nossa revisão de literatura e a sua correlação com a temática do presente trabalho.

Tabela n.º 2 - Elementos fundamentais para o estado da arte adaptados ao presente trabalho

Ciências Militares	<ul style="list-style-type: none"> Planeamento da pesquisa bibliográfica efetuada. 	<p>Numa primeira fase, recorreremos a bibliotecas e a bases de dados <i>online</i>;</p> <p>Numa segunda fase, recorreremos a individualidades e especialistas na temática.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Indicar os tipos de trabalhos e/ou documentos consultados. 	<p>QO do Exército Português; PDE e publicações das FFAA dos EUA; artigos científicos e de opinião sobre a temática.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Informação inicial gerada através de leituras preliminares e entrevistas exploratórias. 	<p>Quais os principais especialistas na temática em questão; documentos de referência; tipo de abordagem e delimitação de trabalho.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Possuir notas bibliográficas orientadas de modo a suportar o modelo de análise concetual. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar os conceitos principais. 	<p>Ambiente operacional; ameaça irregular; os BI; <i>marksmanship</i>; <i>sniper</i>; <i>AtEsp</i>; <i>sharpshooter</i>.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Estar em concordância com a problemática de investigação. 	

Fonte: Adaptado de Martins et. al., 2013, pp. 142-143.

Martins et. al. (2013) consideram como fundamental a identificação dos principais investigadores nacionais e internacionais na área da investigação, bem como identificar as principais teorias de acordo com a investigação, obtendo os principais conceitos. Assim, apresentamos (Ver Figura n.º 4) a nossa visão geral para o processo de revisão de literatura.

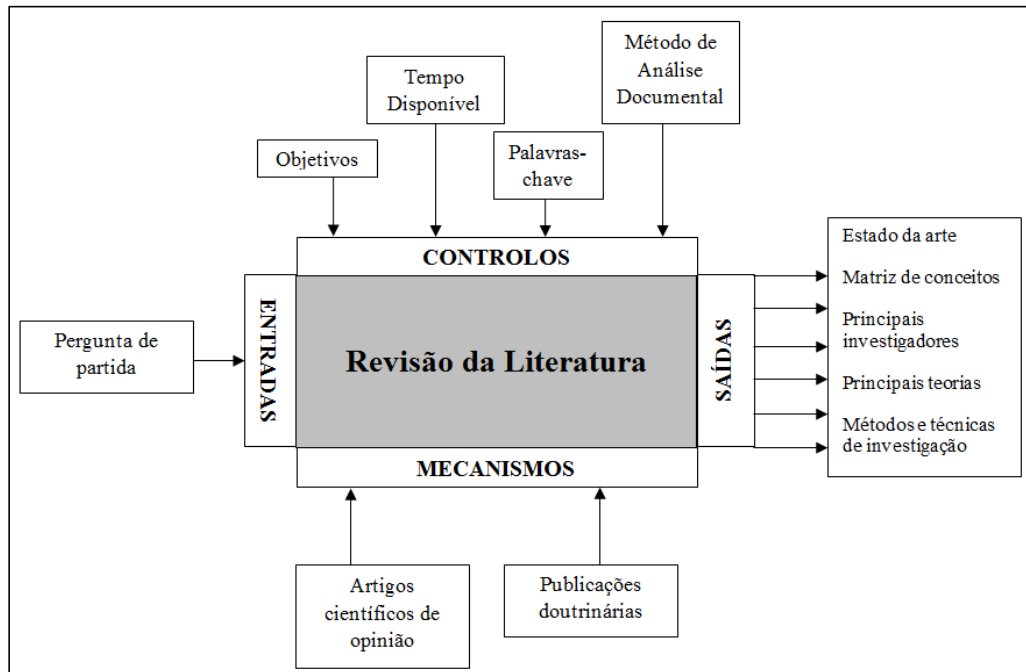


Figura n.º 4 - Visão geral do processo de revisão de literatura

Fonte: Adaptado de Martins et. al., 2013, p. 144.

2.2. Método e tipo de abordagem

Para a elaboração desta investigação face à problemática identificada, do ponto de vista da forma de abordagem utiliza-se o método hipotético-dedutivo, sendo uma abordagem qualitativa.

Para Marconi & Lakatos (2003), o método hipotético-dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, sendo que se estas forem verdadeiras, a conclusão que deriva das mesmas é verdadeira. Desta forma, os argumentos dedutivos ou estão corretos ou estão incorretos, isto é, se as premissas que sustentam os argumentos da conclusão forem validadas a conclusão é correta, caso contrário esta é logicamente incorreta. Este método apresenta assim um conexão descendente, pois parte de leis gerais, o ambiente operacional enquadrante, para fenómenos particulares, as tendências no futuro, a tipologia da ameaça, as necessidades dos BI e o emprego de AtEsp.

A este tipo de método são atribuídas hipóteses, desta forma, Marconi & Lakatos (2003) afirmam que face à problemática identificada apresenta-se uma solução provisória que irá depois ser refinada de modo a eliminar possíveis erros, para posteriormente ser, ou não, validada.

Este método “gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy & Campenhout, 2008, p. 144). Estes autores afirmam ainda que o método hipotético-dedutivo origina um conjunto de conceitos articulados, hipóteses formuladas a partir da dedução, baseado num modelo teórico, de natureza explicativa. Uma hipótese pretende conduzir a investigação com uma ordem e rigor, sem descurar o espírito de descoberta, funcionando como um fio condutor para o investigador.

Segundo Sarmiento (2013), este tipo de método parte dum raciocínio geral, o emprego dos BI no ambiente operacional, para o particular, a necessidade de AtEsp nos BI face às tendências futuras, sendo composto por duas premissas: (i) o emprego dos BI em ambientes operacionais complexos; (ii) o emprego de AtEsp em proveito de UEB, que por dedução originam uma conclusão, não gerando conhecimentos novos, mas apresentando contributos de ordem prática. Isto verifica-se pois a “dedução não gera conhecimentos novos, uma vez que a conclusão é sempre um caso particular da lei geral” (Sarmiento, 2013, p. 5). Esta autora considera ainda a formulação de hipóteses que se constituem como presumíveis respostas às Perguntas Derivadas (PD), carecendo as mesmas de validação, conforme iremos demonstrar na formulação de hipóteses e consequente validação ou negação das mesmas.

Também o IESM (2014) considera este como um raciocínio que parte da lei geral para a particular, ou seja, obtém-se uma verdade particular, gerando conclusões a partir de um raciocínio dedutivo, através de premissas que quando validadas são irrefutáveis. Este tipo de raciocínio é composto por três partes: (i) as hipóteses ou premissas; (ii) a dedução através da qual passamos das hipóteses à tese; (iii) e as conclusões. Se aceitarmos as hipóteses por nós formuladas e apresentadas, somos forçados a aceitar a conclusão, pois este tipo de raciocínio dedutivo não trata da verdade dos factos, mas sim da sua validação ou negação.

Barroso⁷³ & Afonso⁷⁴ (s/d) consideram que este método inicia-se com uma afirmação teórica sobre um determinado fenómeno, no caso do emprego de AtEsp em apoio às UEB

⁷³ Tenente-Coronel Infantaria, Exército Português.

⁷⁴ Major de Infantaria, Exército Português.

de Infantaria, sendo sustentado por um corpo teórico que suporta a definição de conceitos. Para tal, caracteriza-se o ambiente operacional, a tipologia da ameaça, a estrutura dos BI e as diversas tipologias de atiradores de precisão, efetuando análises descritivas e inferenciais desenvolvidas no decorrer da investigação. Desta forma o objetivo da investigação “será testar a teoria existente, na forma de uma hipótese, que corresponde a uma afirmação de um resultado esperado se a teoria for válida” (Barroso & Afonso, s/d, p. 4), ou seja, as hipóteses, que relacionam as variáveis em estudo, ao serem testadas ou são refinadas ou são refutadas. Partindo-se de uma lei geral, criámos o nosso corpo de conceitos baseado na teoria existente, de forma a selecionarmos os elementos para provar e explicar as implicações do emprego de AtEsp nas UEB de Infantaria.

Constituímos assim como lei geral, as UEB de Infantaria, particularizadas depois com a descrição das unidades tidas como referência, terminando com o emprego operacional dos AtEsp em apoio às mesmas, enquadradas pela exigência do atual ambiente operacional, as suas tendências e os recentes TO.

Para a utilização do método referido anteriormente, efetuamos uma abordagem qualitativa. Sarmiento (2013) refere como principais métodos para a recolha de informação qualitativos as entrevistas individuais, as quais foram por nós utilizadas.

De acordo com o IESM (2014), neste tipo de estudos destaca-se o facto de o investigador possuir um papel fulcral na recolha de dados e no interesse no processo de investigação. Entre os principais métodos de recolha de dados destacamos a análise documental, de diversas publicações doutrinárias e artigos científicos de opinião sobre a temática e inquéritos por entrevista.

Barroso & Afonso (s/d) classificam este tipo de abordagem como utilizada para compreender fenómenos através de padrões criados pelo investigador, resultado da sua análise. Na sequência do referido, não recolhemos dados para validar as hipóteses, mas para as suportar e gerar.

2.3. Método de procedimentos

O método de procedimento utilizado é o estudo de caso, que para Marconi & Lakatos (2003), consiste num estudo sobre determinados indivíduos ou grupos com o objetivo de obter resultados gerais, que podem constituir-se como representativos para outros casos semelhantes.

Também o IESM (2014) apresenta uma definição semelhante à anterior, considerando este método como um procedimento adotado pelo investigador com a finalidade de recolher informação detalhada sobre uma unidade em estudo, podendo tomar a forma de um indivíduo, comunidade ou nação. Neste tipo de estudo, descrevem-se as relações entre as variáveis em estudo.

Face à complexidade do ambiente operacional e ao número de documentos que caracterizam os diferentes tipos de BI, com diferentes características e diversos campos conceptuais acerca do emprego de AtEsp, sentimos a necessidade de delimitar o trabalho, em termos organizacionais, ao estudo dos BIMec(R). Em relação ao seu emprego nos recentes TO e em termos conceptuais, encontra-se delimitado à doutrina do Exército Português, complementada com a doutrina das FFAA dos EUA.

Desta forma escolhe-se os BIMec(R) da BrigInt do Exército Português como UEB de Infantaria orientadora para a elaboração da investigação, tendo em consideração a sua missão, organização, conceito de emprego, capacidades, limitações e o seu emprego operacional.

2.4. Modelo de análise

O presente trabalho constitui-se como uma investigação aplicada, que de acordo com o IESM (2014) pretende obter uma aplicação prática para os conhecimentos obtidos ao longo da realização do mesmo.

Para a realização do mesmo, considerou-se necessário definir o modelo de análise. É assim necessária uma pergunta de partida e para Quivy & Campenhoudt (2008) é através da qual o investigador tenta expressar da forma mais precisa aquilo que procura saber e compreender com a investigação.

Barroso & Afonso (s/d) consideram que após a elaboração do enquadramento teórico da investigação é necessário elaborar um modelo de análise, que será estruturante para todo o processo de investigação. Este corresponde a um esquema teórico representativo dos fenómenos que se pretende serem estudados.

Assim, o modelo elaborado⁷⁵ é suportado pelas UEB de Infantaria do Exército Português, materializado pelo caso de estudo dos BIMec(R), onde as variáveis em análise se constituem pela missão, organização, conceito de emprego, capacidades, limitações e o emprego operacional dos mesmos. É efetuada uma analogia aos Batalhões *Styker* do Exército

⁷⁵ Consultar Apêndice B - Modelo de análise.

dos EUA com as mesmas variáveis de análise, dada a sua reconhecida experiência operacional nos recentes TO. Com base no referido anteriormente, face ao conceito de AtEsp, é feita uma análise do seu emprego em apoio as UEB de Infantaria do Exército Português, de forma a validar, ou não, a sua integração nas diversas unidades de Infantaria.

Formulou-se assim a seguinte pergunta de partida: quais as implicações do emprego de AtEsp no atual ambiente operacional em apoio às UEB de Infantaria?

Para responder à pergunta de partida surgiu a necessidade de formular PD, às quais depois serão apresentadas hipóteses. Estabelecemos assim duas PD:

(i) PD n.º 1: quais as necessidades das UEB de Infantaria para o seu emprego no ambiente operacional?

(ii) PD n.º 2: qual a forma de emprego de AtEsp em UEB de Infantaria nas diferentes tipologias de operações?

Apresentamos como possíveis respostas às duas PD as seguintes hipóteses:

(i) Hipótese n.º 1: existe uma ameaça irregular, cada vez mais difusa, aumentando a complexidade do ambiente operacional, limitando a ação dos BI no emprego de fogos diretos de precisão contra alvos criteriosamente selecionados.

(ii) Hipótese n.º 2: o AtEsp emprega fogos diretos entre o alcance prático dum atirador e a distância a partir da qual opera um *sniper*, podendo ser empregue em todas as tipologias de operações, realizadas pelas unidades de Infantaria.

Quanto à natureza da investigação os objetivos são descritivos⁷⁶, e Marconi & Lakatos (2003) classificam este tipo de estudo como tendo o objetivo de descrever um determinado fenómeno, como por exemplo, quando se recorre ao estudo de caso.

Para o IESM (2014) neste tipo de estudo os resultados são produzidos através da recolha e análise de fontes documentais, inquéritos por entrevista e a partir da observação.

Barroso & Afonso (s/d) referem a utilização deste tipo de investigações onde a problemática é pouco conhecida ou desenvolvida e implica uma identificação e caracterização da mesma, que até um dado momento foi ignorada.

Dado que atualmente não se verifica o emprego de AtEsp nas UEB de Infantaria do Exército Português, pretende-se descrever a unidade tida como referência, efetuando uma analogia com os BI da *Stryker* do Exército dos EUA, de forma a identificar as implicações do seu emprego operacional.

⁷⁶ Também designados por objetivos exploratórios.

2.5. Local e data da pesquisa

Para a realização deste trabalho a informação necessária para o mesmo foi obtida por pesquisa documental e pela realização de inquéritos por entrevista.

Em relação à pesquisa documental foi iniciada no ano de 2014 e finalizada com a entrega do presente trabalho. Recorremos à biblioteca da Academia Militar, tendo sido obtidos documentos e artigos de interesse para o trabalho, entre os quais destacamos as publicações doutrinárias e os QO dos diversos BI do Exército Português. Vários intervenientes na nossa investigação forneceram diversos documentos e estudos, complementados posteriormente por outros obtidos em bases de dados na internet quer nacionais, quer internacionais, sobre as FFAA dos EUA, tidas como exemplo. Entre estes destacamos diversas publicações doutrinárias e artigos representativos da experiência operacional nos recentes TO.

Foram também realizados dois inquéritos por entrevista no mês de maio do ano de 2016, nomeadamente: (i) a um militar do EME⁷⁷, ligado ao projeto de aquisição de armamento ligeiro para o Exército Português; (ii) a um militar do Quartel-General (QG) da BrigInt, sendo o Oficial de Operações correntes⁷⁸. Apresentamos em seguida (Ver Tabela n.º 3) os dados referentes aos inquéritos por entrevista efetuados.

Tabela n.º 3 – Dados referentes aos inquéritos por entrevista

	Entrevistado	Unidade	Data
N.º 1	Major Simão de Sousa	EME	04Mai16
N.º 2	Major Bruno Moura	QG da BrigInt	19Mai16

Fonte: Elaboração própria

2.6. Métodos e técnicas de recolha e tratamento de dados

Para sustentar a investigação efetuámos uma análise documental e recorremos a inquéritos por entrevista em que de seguida é efetuada uma breve definição conceptual.

A análise documental caracteriza-se pela “fonte de coleta de dados (...) restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 174).

⁷⁷ Consultar Apêndice C - Transcrição das entrevistas, alínea C.1 Entrevistado n.º 1.

⁷⁸ Consultar Apêndice C - Transcrição das entrevistas, alínea C.2 Entrevistado n.º 2.

Um inquérito por entrevista, para Marconi & Lakatos (2003), é uma reunião de duas pessoas, que através duma conversação, uma delas obtém informações sobre um assunto, para assim obter dados para posterior análise.

Segundo Quivy & Campenhoudt (2008), os inquéritos por entrevista permitem retirar informações e elementos para uma reflexão rica. Estas caracterizam-se por um contacto direto do investigador com os seus interlocutores, facilitando a transmissão de experiências, por parte dos entrevistados.

Sarmiento (2013) denomina por entrevistas individuais, aquelas em que se obtêm dados sobre um indivíduo, após as quais efetua-se uma análise do seu conteúdo. Desta forma a partir das respostas dos entrevistados é efetuado uma interpretação das mesmas e obtém-se uma conclusão final. No presente trabalho aplicam-se entrevistas semiestruturadas, que ocorrem “quando o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados”, de forma a privilegiar a transmissão de experiências do entrevistado (Sarmiento, 2013, p. 17).

CAPÍTULO 3

RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos a partir dos inquéritos por entrevista e outros documentos durante a investigação, efetuando-se a respetiva análise e comparação com outros já apresentados no capítulo da revisão da literatura, de forma a serem discutidos. Este capítulo pretende verificar a validade das hipóteses, com vista à resposta das PD e por último obterem-se as conclusões.

3.1. Dados relativos ao ambiente operacional

Relativamente ao ambiente operacional Sousa (2016) caracteriza-o usando a expressão inglesa “VUCA⁷⁹”, afirmando que esta será a tendência verificada para os futuros conflitos. Assim, o atual ambiente operacional afirma ser volátil, incerto, complexo e ambíguo, obrigando a que as forças militares possuam uma maior flexibilidade na forma de atuar no mesmo.

Moura (2016) refere a importância de compreender o ambiente operacional, analisando um conjunto de condições e circunstâncias ao escalão tático pretendido, tentando antever os possíveis cenários onde poderão ser empregues forças militares. Quanto a possíveis tendências, indica que nas últimas duas décadas têm-se verificado diversos conflitos persistentes entre Estados, não-Estados e atores individuais, com um crescente recurso à violência para consumir objetivos políticos e ideológicos.

Sousa (2016) e Moura (2016) caracterizam o ambiente operacional de formas complementares, antevendo-se que os futuros ambientes operacionais apresentarão uma crescente complexidade, comportarão um elevado grau de incerteza, sendo influenciáveis por diversos fatores. Os conflitos serão instáveis e persistentes, ocorrendo predominantemente em Estados falhados. Será assim necessária uma maior flexibilidade por parte das forças que atuam neste ambiente operacional, nomeadamente na tomada de decisão dos comandantes. Desta forma, estas definições concorrem para as apresentadas anteriormente, entre as quais destacamos as publicações doutrinárias FM 3-0 *Operations* e PDE 3-00 Operações.

⁷⁹ Esta expressão representa um ambiente operacional volátil (*volatility*), incerto (*uncertainty*), complexo (*complexity*) e ambíguo (*ambiguity*).

Moura (2016), aponta ainda que a ameaça nos futuros conflitos será tendencialmente irregular, sobrepondo-se à ameaça tradicional, no entanto, defende a preparação das forças para atuar perante ambas as situações.

O HQDA (2010b), com a publicação *Training and Doctrine Command* (TRADOC) Pam 525-3-1, documento que aborda as tendências para o futuro no ambiente operacional até ao ano de 2028, refere que este apresentará uma maior complexidade, incerteza, adaptando-se rapidamente a alterações e existindo diversas ameaças. Irão continuar a existir indivíduos motivados por ideais extremistas, e existirá uma dispersão do inimigo por entre a população, pois é a forma de este se proteger e ter mais hipóteses de sucesso nas suas ações, sendo cada vez mais difícil caracterizá-lo e defini-lo. A ameaça será assim irregular, composta por grupos de terroristas e insurgentes, militarmente menos capazes⁸⁰ que os seus inimigos, recorrendo para tal às operações irregulares e métodos assimétricos, tais como o uso de IED. Estas ameaças irão explorar as áreas urbanas, sendo nestas que ocorrerão os futuros conflitos, existindo a necessidade de ataques precisos para poder eliminá-las.

Outro documento do HQDA (2012), através da publicação TRADOC G-2, mantém a mesma linha de orientação que o documento anterior, referindo-se ainda ao futuro ambiente operacional, pela existência de diversos atores, ameaças com elevada capacidade de adaptação às diferentes situações, não sendo estático. Classifica esta tipologia de ameaça como híbrida, pois possui a capacidade de combinar ações regulares com irregulares executando diversas atividades em simultâneo.

Em relação à ameaça verifica-se que a irregular irá prevalecer à tradicional. Tal perspetiva é abordada por Moura (2016) e por ambas as definições nas publicações TRADOC referenciadas. Estas vêm assim reforçar as definições apresentadas anteriormente por diversos autores, constituindo-se como uma ameaça irregular, atuando em ambientes urbanos, tendencialmente mais complexos, como forma de anular o poder de fogo e as capacidades tecnológicas reconhecidas a diversas potências militares. Acresce ainda o facto desta ameaça se misturar com a população, sendo difusa, imprevisível, organizando-se em pequenos grupos, possuindo uma elevada mobilidade e capacidade de adaptação, tornando cada vez mais difícil a distinção entre combatentes e não combatentes.

Com base na análise referida confirma-se “a existência de uma ameaça irregular, cada vez mais difusa, aumentando a complexidade do ambiente operacional” referido na hipótese n.º 1. Desta forma é necessário reduzir o risco de fratricídio e de baixas civis, pela precisão

⁸⁰ Em termos tecnológicos, armamento, equipamento, entre outros.

dos sistemas de armas a serem operados pelos militares, indicando a importância da capacidade de efetuar tiro com precisão (*marksmanship*) e de elementos que executem tiro de precisão.

3.2. Dados relativos às unidades escalão Batalhão de Infantaria

Em relação às UEB de Infantaria, Sousa (2016) afirma que os requisitos para as mesmas estão definidos pela NATO, delineando o conjunto de capacidades específicas consideradas importantes de ter dado as previsões para os futuros conflitos e ambiente operacional. Em relação aos BI portugueses, quando comparados com este documento existem capacidades que cumprem integralmente os requisitos exigidos, existindo outras que não se verifica, no entanto, a lista das segundas é informação classificada.

Também Moura (2016) afirma que os BI portugueses têm em consideração os padrões exigidos pelos compromissos internacionais, no âmbito da NATO e da União Europeia, caracterizando-os como uma capacidade que está estruturada numa organização com doutrina, possuindo treino, material, pessoal (liderança), instalações e interoperabilidade. Considera ainda que os BI portugueses se encontram preparados para atuar no atual ambiente operacional, face às tendências verificadas, referindo que existem apenas alguns constrangimentos ao nível do material que são solucionáveis.

De acordo com o último documento da NATO do *Supreme Allied Commander* (2016), o *Capability Codes and Capability Statements*, referente às capacidades requeridas para as diversas tipologias de unidades, uma UEB média de Infantaria tem a capacidade de conduzir operações executando diversas tarefas táticas, com algumas limitações em ambientes operacionais específicos e contra unidades de blindagem ligeira. As suas viaturas orgânicas têm de ser capazes de empregar fogos diretos para destruir veículos com blindagem ligeira e neutralizar ou suprimir Infantaria apeada a distâncias superiores aos 200 metros e proteger os seus ocupantes de fogos de metralhadoras ligeiras, entre outros referidos.

Moura (2016) refere que as limitações, para os BIMec(R), são aquelas que se encontram explanadas nos respetivos QO aprovados, sendo estas a sobrevivência face à ameaça blindada; o grande consumo de artigos classe III, V e IX⁸¹; operar em terreno

⁸¹ De forma resumida classifica-se como: Classe III - combustíveis, óleos e lubrificantes; Classe V - munições de todos os tipos; e Classe IX - sobressalentes e componentes necessários à manutenção dos equipamentos (EME, 2013b) na PDE 4-00.

impeditivo aquando da unidade montada; a projeção da força dado o equipamento pesado; e a menor capacidade de comando e controlo quando apeado.

Uma vez que a BrigInt, equipada com a Viatura Blindada de Rodas (VBR) Pandur II 8x8⁸², não possui experiência em combate nos TO que compreendem o atual ambiente operacional, quando comparada com outras unidades, considerámos como referência a Brigada *Stryker* dos EUA, com operações realizadas nos TO do Iraque e Afeganistão.

O'Reilly (2003) apresenta diversas limitações encontradas para as viaturas *Stryker*, entre as quais destacamos a inadequação da viatura para o combate urbano. Esta viatura foi desenvolvida para um rápido transporte de forças de Infantaria, sendo que o combate urbano está atribuído essencialmente à Infantaria apeada. Em áreas urbanas são diversas as ameaças que podem ser encontradas, entre as quais minas, RPG, armas anticarro, *cocktail molotov*⁸³, metralhadoras pesadas ou armas de precisão de grande calibre. Nos TO do Iraque e do Afeganistão este autor indica que as viaturas *Stryker* são particularmente vulneráveis a ataques com recurso a minas e a RPG por parte das forças inimigas.

No entanto, segundo Hymel (2014), nas operações no Iraque, os militares preferiam as viaturas *Stryker*, em detrimento de outras usadas, como o exemplo das viaturas *HMMWV*⁸⁴ 4x4, pois verificavam-se menos baixas, perante ataques similares por parte do inimigo. Entre as vantagens apresentadas a rápida capacidade de projeção de forças e o número superior de militares transportado por viatura quando comparada com outras também utilizadas.

Como forma de comparar as UEB de Infantaria tidas como orientadoras, os BIMEc(R) e os BI da SBCT, recorre-se a uma tabela comparando as variáveis, missão, conceito de emprego, organização, capacidades, limitações e o emprego operacional, já apresentadas anteriormente, entre as quais destacamos algumas (Ver Tabela n.º 4).

⁸² VBR para transporte de pessoal.

⁸³ “Explosivo que consiste numa garrafa cheia de líquido inflamável, com um pano ou pavio nele embebido” (Porto Editora, 2016) em Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico.

⁸⁴ *High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle* (HMMWV).

Tabela n.º 4 - Comparação entre um BIMec(R) e um BI da SBCT

	BIMec(R)	BI da SBCT
Missão	Executar operações em todo o espectro de operações, no âmbito nacional ou internacional, segundo a sua natureza.	Estreitar o combate com o inimigo, recorrendo ao fogo e manobra, a fim de o destruir, capturá-lo ou repelir a sua ação, pelo combate próximo.
Conceito de emprego	Emprego em operações em qualquer tipo de terreno e condições meteorológicas; elevada prontidão e fácil projeção; emprego preferencial em ambientes que requerem poder de fogo e proteção.	Grande capacidade de projeção num curto espaço de tempo; condução de operações em todo o espectro do conflito; operar em qualquer tipo de terreno e condições meteorológicas.
Capacidades	Atuar de forma autónoma até ao escalão Secção; condução de operações em áreas urbanas; condução de operações ofensivas executando fogos diretos e indiretos.	Mobilidade tática; condução de operações ofensivas e defensivas em qualquer ambiente operacional.
Limitações	Limitação face à ameaça blindada; emprego limitado em terreno impeditivo quando montado.	Vulnerabilidade aos fogos diretos inimigos, ataques NBQ e aéreos; operação em áreas de floresta densa e terreno acidentado.
Organização	Ao escalão Batalhão não estão dotados de atiradores de precisão; A utilização de AtEsp não é referenciada e a capacidade <i>sniper</i> pode ser requerida, quando necessário, às FOEsp.	Ao escalão Batalhão estão dotados de atiradores de precisão, materializados por Equipas <i>sniper</i> ; a este escalão não é referenciada a utilização de AtEsp.
Emprego operacional	É referenciado o emprego de AtEsp ao escalão Secção, no entanto, este apenas se verifica doutrinariamente, pois na prática nas unidades não se verifica o seu emprego.	A utilização de atiradores de precisão é tida como útil nas diversas tipologias de operações; são utilizados AtEsp ao escalão Secção.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela apresentada anteriormente, verifica-se de acordo com as variáveis apresentadas, que ambas as UEB apresentam uma estrutura e conceito de emprego semelhantes.

Deste modo, a capacidade de atuar de forma autónoma até ao escalão Secção, para os BIMec(R), indica que se pressupõe a realização de tarefas de forma independente ao escalão Secção e pela análise global de todas as variáveis, enquadrada com as tendências para o

ambiente operacional, a tipologia da ameaça e a necessidade de fogos diretos de precisão, poderão incluir-se estes elementos ao escalão Secção. Verifica-se que a necessidade de integrar AtEsp nesta tipologia de unidade, não se confirma ao escalão Batalhão, mas sim aos baixos escalões (Secção).

Tal situação é referida por Sousa (2016) afirmando que foi identificada a necessidade de dotar os BIMec(R) com armamento de precisão, para o emprego às distâncias que faz um AtEsp. Os BIMec(R) têm capacidade para se empenhar a estas distâncias com outras tipologias de armamento, no entanto, esta necessidade foi levantada ao nível da SecAt. Refere ainda que o caso dos AtEsp serem integrados nas unidades de Infantaria, os QO que não possuam AtEsp deverão ser alterados.

Apesar do diferente conceito de emprego das diversas UEB de Infantaria do Exército Português, considera-se que a integração de AtEsp é uma mais-valia para as mesmas. Tal situação, já se verifica aos baixos escalões das unidades de Infantaria do Exército dos EUA já referenciadas e em diversos exércitos de países aliados, situação apresentada pelo *Land Capability Group* no âmbito da NATO, no próximo subcapítulo. No entanto, o escalão a integrar estes elementos nas restantes UEB de Infantaria deverá ser alvo de um estudo caso a caso.

Com base na análise referida podemos concluir que se verifica uma “limitação da ação dos BI no emprego de fogos diretos com precisão contra alvos criteriosamente seleccionados” como descrito na hipótese n.º 1. Tendo em consideração os resultados apresentados anteriormente sobre o ambiente operacional, revela-se crucial a existência de atiradores de precisão, materializados por AtEsp, para atuar em todas as tipologias de operações face às tendências nos futuros TO.

3.3. Dados relativos ao emprego de atiradores especiais

Em relação à utilização de AtEsp Sousa (2016) refere que esta capacidade já existe na doutrina soviética desde os anos cinquenta, existindo um atirador por Esquadra equipado com a arma de precisão SVD 7.62x54mmR.

No caso português, Sousa (2016) refere a utilização de atiradores de 1ª classe por SecAt, em que estes estavam equipados com a EspAut G3 com uma alça telescópica *Hensolt Wetlzar* 4x24, situação que já não se verifica.

A utilização da EspAut G3 com uma alça, referida anteriormente por Sousa (2016), terá sido semelhante à descrita por Dias (2004), abordando a G3/SG-1 *Sniper Rifle*, equipada

com bipé e uma alça telescópica *Hensolt* 6x42, embora esta seja referenciada como uma arma a utilizar por um *sniper*, terá sido algo aproximado daquilo que já foi utilizado nas SecAt do Exército Português.

A recente necessidade de utilização de AtEsp, segundo Sousa (2016), surge com as campanhas militares no Iraque e Afeganistão, através da discussão de qual o calibre a utilizar nas espingardas automáticas. Dados mostram uma maior eficácia do calibre 5.56mm no combate até aos 300/400 metros, característico nas operações realizadas no Iraque onde 80% dos empenhamentos foram sobre alvos a menos de 200 metros, isto é, a curtas distâncias. No entanto, no TO do Afeganistão tal situação não se verificou, pois patrulhas apeadas eram atacadas⁸⁵ a distâncias que poderiam chegar aos 900 metros, e verificou-se que apenas 50% dos empenhamentos eram a distâncias inferiores aos 300 metros.

Moura (2016) classifica a utilização de AtEsp referida anteriormente por Sousa (2016) como uma mais-valia, independentemente do escalão onde seja integrado, dependendo sempre das variáveis de missão.

Smith (2003) sobre a operação *Iraqi Freedom*, refere os principais aspetos sobre a letalidade do armamento utilizado pelos militares das forças do Exército dos EUA. O principal aspeto negativo referido é o alcance do armamento padrão, pois em muitas situações os militares tinham de atacar objetivos que se situavam a uma distância superior a 500 metros em terreno aberto, sendo que a tipologia de armamento utilizado, de calibre 5.56 mm, não permitia empregar fogos diretos de forma eficaz às distâncias anteriormente referidas.

Segundo Reardon & Charlston (2007)⁸⁶, aquando de uma operação no Iraque, as unidades da SBCT do Exército dos EUA, ao escalão Companhia, eram acompanhadas de elementos que empregavam fogos de precisão para apoiar a manobra das forças de Infantaria. Estes utilizavam uma arma *sniper* equipada com uma alça telescópica, efetuando fogos diretos entre os 100 e os 300 metros. Estas Equipas eram particularmente úteis quando as forças dos EUA eram emboscadas, sendo que se considerou importante melhorar a capacidade de tiro com precisão (*marksmanship*) de todos os atiradores e dotar as unidades com elementos *sniper* que apoiam as forças convencionais. No entanto, podemos verificar que às distâncias acima referenciadas podem ser empregues fogos diretos a partir de um atirador ou de um AtEsp.

⁸⁵ Refere-se a grupos de talibans que utilizavam espingardas SVD 7.62x54mm e metralhadoras médias PKM.

⁸⁶ Publicação no âmbito do *Center of Military History* do Exército dos EUA.

Assim, podemos concluir que o conceito de emprego do AtEsp não é recente, no entanto, graças aos recentes TO do Iraque e do Afeganistão verificou-se a necessidade de dotar as unidades com estes elementos, com capacidade para empregar fogos diretos com precisão a médias distâncias, pois os atiradores não estavam preparados, em termos de treino e equipamento, para responder a ataques efetuados a distâncias que podiam chegar aos 900 metros, isto é, distâncias superiores ao alcance prático do armamento padrão utilizado.

Surge assim a necessidade de discutir a tipologia do calibre a usar por um AtEsp, e Sousa (2016) aborda um estudo realizado pelo Exército dos EUA, *Soldier Battlefield Effectiveness*⁸⁷, que demonstra as variações de alcances das diversas munições de vários calibres, comparando as munições calibre 5.56mm e 7.62mm.

De acordo com o estudo *Soldier Battlefield Effectiveness*, do *Program Executive Office Soldier* (2011), no âmbito do Exército dos EUA, verificou-se que o alcance do armamento está relacionado com o comprimento do cano e com o tipo de munição do mesmo, sendo que para uma munição calibre 5.56mm atribui-se um alcance efetivo entre os 500 e os 550 metros, enquanto para uma munição calibre 7.62mm este alcance atinge os 800 metros, ambos para alvos pontuais.

Com base nos dados referidos anteriormente, considera-se que o calibre 7.62mm para o armamento de um AtEsp trará mais vantagens em detrimento da utilização de um calibre 5.56mm, dada a distância a que se pretende efetuar tiro (médias distâncias).

Ainda segundo o estudo referido anteriormente, do *Program Executive Office Soldier* (2011), este considera que nos conflitos do século XX a arma padrão usada contra as forças do Exército dos EUA, sendo que consideramos que o mesmo se verificou com as forças do Exército Português, foi a EspAut AK-47 com um alcance efetivo de 400 metros, sendo esta considerada a distância de ataque pela ameaça. No caso dos EUA que usam a EspAut M4, o alcance efetivo é de 500 metros, pelo que existe assim uma margem de 100 metros que permite às forças dos EUA, observarem e atacarem alvos sem poderem ser atacados com precisão por parte do inimigo.

Os alcances referidos no estudo do *Program Executive Office Soldier* (2011) têm em consideração apenas o armamento e representam as condições ideais para efetuar um disparo, por isso, é importante considerar o fator humano. O estudo indica que os soldados conseguem acertar em alvos⁸⁸ de forma consistente a uma distância superior aos 300 metros

⁸⁷ Estudo realizado no âmbito do *Program Executive Office Soldier*, departamento que tem como objetivo melhorar o armamento e equipamento dos soldados do Exército dos EUA.

⁸⁸ Consideramos silhuetas do tamanho equivalente ao de um ser humano.

em pelo menos 50% das vezes, no entanto, quando em ambientes de stress esta percentagem reduz significativamente. Desta forma em ambos os calibres o alcance conseguido por um militar é semelhante em ambos os casos considerando o fator humano.

Surge assim a necessidade do emprego de AtEsp, pois com um treino específico estes poderão ser capazes de empregar fogos diretos às distâncias efetivas do armamento utilizado, explorando assim o potencial máximo do seu armamento.

No entanto, este estudo do *Program Executive Office Soldier* (2011) mostra que para atacar alvos entre os 400 e os 500 metros, é essencial os atiradores possuírem um treino de tiro (*marksmanship*) intensivo, de forma a melhorar a performance do atirador. Para melhor ilustrar a importância deste treino o Exército dos EUA concluí que a probabilidade de acertar num alvo sobre stress (Ver Figura n.º 5) é de 20% aos 200 metros, 10% aos 300 metros e 5% aos 600 metros. Este considera um ambiente de stress extremo com diversas variáveis, como localizações dos alvos desconhecidas, diversos alvos e uma exposição de curta duração dos mesmos.

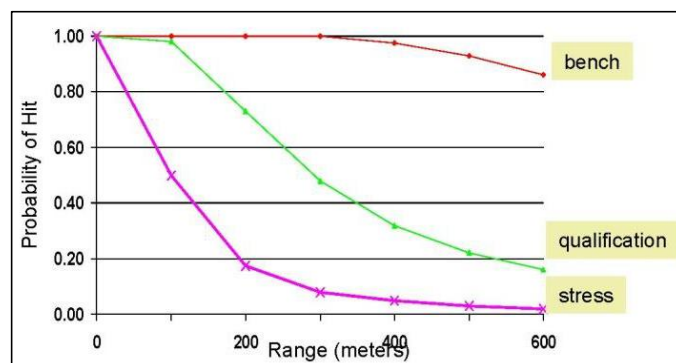


Figura n.º 5 - Probabilidade de atingir um alvo sob condições de stress

Fonte: *Program Executive Office Soldier*, 2011, p. 14.

Importa assim salientar a importância do treino de tiro, de forma ajustada (*marksmanship*), para todos os atiradores de uma unidade de Infantaria de forma a obterem o máximo rendimento do seu armamento. Desta forma, obtêm-se fogos diretos mais precisos, melhorando a capacidade de resposta das unidades face às ameaças encontradas num determinado ambiente operacional.

Segundo Sousa (2016) o SDM, o DM, *marksman* e *sharpshooter* são terminologias usadas por diversos exércitos aliados para designar um AtEsp pertencente a uma Esquadra/Secção de atiradores, com capacidade para empregar fogos diretos contra alvos

entre as curtas distâncias e as longas distâncias, dependendo do equipamento e treino do atirador.

Uma vez que Portugal é membro da NATO, e assume diversos compromissos internacionais, consideramos importante apresentar algumas terminologias usadas por países aliados de forma a verificar possíveis modos de emprego para o AtEsp.

De acordo com o *Land Capability Group*⁸⁹ (2015) são apresentadas várias designações para a tipologia de atirador referido anteriormente. A utilização de um atirador designado por *marksman* é utilizada no Exército Australiano, com a inclusão de um atirador por Esquadra. Já o Exército Espanhol utiliza um *marksman* por Pelotão equipado com um armamento de calibre 7.62mm.

A utilização da designação de *sharpshooter* para um AtEsp é também utilizada por diversos países aliados. No âmbito do *Land Capability Group* (2015), o Exército Italiano apresenta a utilização de um *sharpshooter* por Esquadra. O Exército Sueco utiliza em unidades mecanizadas de Infantaria e em unidades de Infantaria ligeira, um *sharpshooter* por Esquadra de atiradores.

Outros exércitos recorrem à expressão *designated marksman* para designar o AtEsp. O Exército da Nova Zelândia utiliza um *designated marksman* por SecAt. O Exército Britânico também designa este atirador por *designated marksman* possuindo um elemento por Pelotão de atiradores (*Land Capability Group*, 2015).

Embora não utilizando nenhuma das expressões anteriores, há exércitos que possuem também um atirador de precisão. De acordo com o *Land Capability Group* (2015), o Exército Holandês no âmbito do Pelotão de Infantaria mecanizado, utiliza um atirador de precisão, equipado com uma arma de calibre 8.6mm, em duas das quatro SecAt. Já o Exército Polaco utiliza um atirador de precisão em uma das quatro Esquadras constituintes de um Pelotão mecanizado⁹⁰, equipado com uma arma de precisão de calibre 7.62mm.

Sousa (2016) refere ainda que o AtEsp não pode ser confundido com um *sniper*, pois não possui treino nem equipamento para operar em pequenas Equipas ou individualmente, no entanto, este é um elemento essencial para as unidades de baixos escalões, batendo essencialmente posições de metralhadoras inimigas, armas anticarro e pode orientar os fogos diretos dos restantes atiradores da sua unidade.

⁸⁹ Grupo de trabalho no âmbito do projeto *Dismounted Soldier System* da NATO, no âmbito do programa de modernização do soldado do futuro.

⁹⁰ Pelotão constituído por viaturas *Armored Personnel Carrier* ROSOMAK de origem polaca.

Desta forma, Sousa (2016) destaca a proposta efetuada ao Comando do Exército Português, compreendendo a aquisição de uma arma calibre 7.62mm NATO para um AtEsp por SecAt. Em relação a testes de possíveis armamentos, refere que o atual grupo de trabalho apenas elabora as especificações técnicas para a arma, necessárias para um concurso a ser efetuado posteriormente para a aquisição da mesma, sendo que até ao momento apenas assistiram a demonstrações de armamento por parte da respetiva indústria.

Em relação ao levantamento das necessidades, Sousa (2016) indica que para além dos estudos anteriormente referidos, entre outros, existe um representante de cada Brigada do Exército Português, de modo a recolher os *inputs* das respetivas unidades através dos mesmos.

Moura (2016) aponta como solução para a integração de AtEsp, a mesma referida por Sousa (2016), destacando que numa operação ofensiva/defensiva seria razoável possuir uma parrelha por unidade escalão Pelotão. No entanto, realça que nas operações de estabilização as tarefas são tipicamente efetuadas ao escalão Secção, justificando assim que o ideal seria a integração de um AtEsp por SecAt, fazendo face a todas as tipologias de operações. Em relação à tipologia de armamento a utilizar pelo AtEsp defende que face à especificidade das tarefas a executar, tiro direto a distâncias superiores aos restantes elementos da sua unidade, este AtEsp deverá utilizar uma arma de calibre 7.62mm. No entanto, defende que caso os restantes atiradores operem armamento de calibre 5.56mm, o AtEsp deverá manter também a sua arma deste calibre de forma a poder operá-la como os demais elementos.

Face ao descrito anteriormente podemos verificar que “o AtEsp emprega fogos diretos entre o alcance prático de um atirador e a distância a partir da qual opera um *sniper*, podendo ser empregue em todas as tipologias de operações, realizadas pelas unidades de Infantaria” como descrito na hipótese n.º 2. O AtEsp é um elemento com a capacidade de empregar fogos diretos precisos a médias distâncias, ou seja, atuando entre o alcance prático para um atirador e a distância a partir da qual são empregues fogos diretos por *snipers*. Este deverá ser integrado preferencialmente ao escalão Secção, tendo como missão atuar como um elemento de manobra da SecAt e como missão secundária o emprego de fogos diretos de precisão.

Ehrhart (2009) afirma que uma potencial solução para a formação dum AtEsp é este executar a fase inicial do curso de *sniper*, pois esta inclui instrução de tiro, balística⁹¹ e avaliação de distâncias ao alvo. Assim, a diferença entre estes é que o *sniper* recebe um

⁹¹ Inclui conhecimentos de ângulos de tiro, efeitos das condições atmosféricas, luz, temperatura e humidade.

treino adicional especializado em armamento, planeamento de operações, técnicas de sobrevivência no campo de batalha, observação e deteção de alvos, pois este atua em pequenas Equipas⁹².

Em relação à formação e treino destes AtEsp, Sousa (2016) destaca a possibilidade de existência de um curso específico para AtEsp, embora ainda não esteja previsto quem o ministrará. Em relação aos QO, refere que aqueles em que não esteja previsto a utilização de AtEsp, terão de ser alterados, conforme a solução escolhida.

Moura (2016) quando questionado entre a existência de um curso de AtEsp ou a utilização do melhor atirador de uma força de determinado escalão, aponta que à partida a existência de um curso de AtEsp será mais eficaz, referindo, no entanto, que os melhores atiradores deverão ser maximizados para esses mesmos cursos.

Dada a especificidade da missão de um AtEsp considera-se que deve existir um curso próprio para este elemento, de forma a aprimorar as capacidades de tiro do mesmo, retirando o máximo de rendimento quer do atirador quer do seu armamento e equipamento. No entanto, a tipologia de curso não é alvo de estudo por parte deste trabalho de investigação.

⁹² Equipa *sniper* composta, por norma, pelo atirador *sniper*, o observador (*spotter*) e um terceiro elemento que garante a segurança dos restantes (CTOE, s/d).

CONCLUSÕES

O presente trabalho tem como objetivo geral “analisar as implicações do emprego de AtEsp, no atual ambiente operacional, em apoio às UEB de Infantaria”, através do estudo de caso dos BIMec(R). Em seguida apresentamos os principais resultados apurados face à nossa problemática, respondendo às questões formuladas face aos objetivos definidos e apresentando contributos de ordem prática. Em seguida descrevem-se as principais limitações e dificuldades encontradas ao longo da elaboração do trabalho e por último apresentamos recomendações para futuras investigações.

Face à PD n.º 1, “Quais as necessidades das UEB de Infantaria para o seu emprego no ambiente operacional?”, conclui-se que o atual ambiente operacional apresenta uma complexidade crescente, acrescida de um elevado grau de incerteza. Os conflitos serão instáveis e persistentes, com recurso a uma violência crescente para atingir os objetivos políticos e ideológicos, ocorrendo tendencialmente em Estados falhados e em áreas urbanizadas. Será assim necessária uma maior flexibilidade por parte das forças que atuarão nestes ambientes operacionais.

A ameaça encontrada nos futuros ambientes operacionais será tendencialmente irregular, difusa entre a população, recorrendo a métodos irregulares para explorar as vulnerabilidades das forças que confrontam, militarmente superiores, com vista a anular o seu poder militar e a sua capacidade tecnológica. Esta tipologia de ameaça organiza-se em pequenos grupos e possui uma elevada mobilidade executando diversas ações em simultâneo.

Será assim mais difícil a distinção entre combatentes e não combatentes, sendo necessário reduzir o risco de existência de baixas civis, pela precisão dos sistemas de armas operados pelos militares, pelo treino da capacidade de efetuar tiro de forma ajustada (*marksmanship*) para todos os atiradores e da existência de atiradores de precisão com capacidade para efetuar tiro a médias distâncias.

A capacidade de efetuar tiro com precisão a médias distâncias por parte de AtEsp, não se verifica atualmente nos BIMec(R), e face ao futuro ambiente operacional e às tendências do mesmo, consideramos necessário dotar estas unidades com AtEsp, para apoiar as suas ações nas diversas tipologias de operações.

Face ao acima referenciado verifica-se a hipótese n.º 1 “Existe uma ameaça irregular, cada vez mais difusa, aumentando a complexidade do ambiente operacional, limitando a ação dos BI no emprego de fogos diretos com precisão”.

Em relação à PD n.º 2, “Qual a forma de emprego de AtEsp em UEB de Infantaria nas diferentes tipologias de operações?”, conclui-se que o AtEsp é um elemento com treino e equipamento que lhe permite efetuar fogos diretos com precisão a médias distâncias, isto é, operando entre o alcance prático de um atirador, as curtas distâncias considerando os 200 metros, e a distância a partir da qual opera um *sniper*, as longas distâncias considerando os 500 metros. O AtEsp deverá manter um treino contínuo e regular de modo a manter a sua proficiência, devendo possuir alguns conhecimentos complementares em áreas relacionadas com o tiro de precisão, apontando para a necessidade de um curso específico.

Existe assim uma clara distinção entre AtEsp e *sniper*, ambos atiradores de precisão, realçando a importância do emprego de AtEsp em apoio às UEB de Infantaria. Este AtEsp propomos que seja integrado ao escalão Secção, atuando como um elemento de manobra da mesma, tendo como missão secundária bater alvos a médias distâncias entre os 200 e os 500 metros, emprego semelhante ao descrito na PDE 3-52-16 embora não se verifique e os QO ainda não apresentem qualquer AtEsp integrado nos BI. Desta forma propomos a integração de um AtEsp por Secção tal como já está descrito na publicação doutrinária referida anteriormente.

Propomos ainda que o AtEsp deverá estar equipado com uma arma de calibre 7.62mm, pois apresenta melhores resultados de precisão e alcance, quando comparada com armamento de calibre 5.56mm, nas distâncias às quais se pretende que o AtEsp empregue os seus fogos diretos.

Face ao acima analisado verifica-se a hipótese n.º 2 “O AtEsp emprega fogos diretos entre o alcance prático de um atirador e a distância a partir da qual opera um *sniper*, podendo ser empregue em todas as tipologias de operações, realizadas pelas unidades de Infantaria”.

De forma a cumprir o objetivo geral do trabalho é pertinente responder à pergunta de partida, “Quais as implicações do emprego de AtEsp no atual ambiente operacional em apoio às UEB de Infantaria?”.

Através do caso do BIMec(R), concluímos que esta tipologia de unidade de Infantaria encontra-se limitada no emprego de fogos diretos com precisão aos baixos escalões. Face às variáveis estudadas esta unidade poderá futuramente ser empregue em diversos TO no âmbito de uma FND, devendo integrar AtEsp na sua estrutura orgânica.

O ambiente operacional onde será empregue é caracterizado por uma crescente complexidade, uma acentuada tendência para as áreas urbanas, pela existência de uma ameaça irregular de cariz assimétrico e difusa entre a população, recorrendo a métodos irregulares, como forma de explorar as vulnerabilidades das forças a que se opõem. As forças militares caracterizam-se pela capacidade tecnológica e por regras de empenhamento, cada vez mais bem definidas e rígidas, que impedem um modo de atuação generalizado e indiscriminado.

Neste sentido, a inclusão de AtEsp nos BIMec(R) é válida, e verifica-se como extremamente útil a esta tipologia de força, sendo mais uma capacidade, às já existentes que poderão ser utilizadas em apoio à ação dos BI, aumentando o seu potencial de emprego no que diz respeito à proteção da força e conseqüentemente à liberdade de ação. Face às tendências do ambiente operacional e à diversificação de tipologias de operações que poderão ser desempenhadas, considera-se a integração de um AtEsp ao escalão da SecAt. A existência de AtEsp implica uma revisão dos QO e o estudo aprofundado da existência de um curso específico de forma a rentabilizar as capacidades do atirador e do seu armamento.

A principal limitação ao longo desta investigação foi o reduzido número de doutrina nacional para o emprego de AtEsp, e a pouca experiência operacional do emprego das UEB de Infantaria, levando à necessidade de efetuar uma analogia com a doutrina das FFAA dos EUA, que apresentam uma estrutura organizacional com AtEsp, em tudo semelhante ao apresentado e reconhecida experiência das mesmas nos TO do Iraque e Afeganistão.

Como linhas de orientação para futuras investigações destacamos o estudo mais aprofundado ao escalão Secção para a integração dos AtEsp, nomeadamente para o desenvolvimento doutrinário do seu emprego operacional em termos de táticas, técnicas e procedimentos.

REFERÊNCIAS

- Academia Militar [AM]. (janeiro de 2016). NEP 522 - Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- American Psychological Association [APA]. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. Washington, DC: APA.
- Antunes, P. (agosto de 2010). Caracterização do moderno ambiente de subversão e contrassubversão. *Revista Militar de Infantaria Azimute*, nº 189, pp. 32-39.
- Barroso, L., & Afonso, C. (s/d). Notas sobre Metodologia de Investigação Científica. s/l: s/n.
- Batista, J. (2012). *Os Sniper no Apoio às Forças Convencionais*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Infantaria, Academia Militar, Lisboa.
- Borges, P. (2008). *Os Sniper e as Forças Nacionais Destacadas no Afeganistão*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Infantaria, Academia Militar, Lisboa.
- Canas, C. (s/d). *Sniper O Predador*. s/l: s/n.
- Centro de Tropas de Operações Especiais [CTOE]. (s/d). *Manual Escolar Sniper*. Lamego: CTOE.
- Cruceru, V. (setembro de 2012). The Snipers - An important tactical capability in the equation of contemporary conflicts. *Revista Academiei Fortelor Terestre*, pp. 222-228. Acedido a 5 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=82190695&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Dearolph, J. E. (2002). *Enemy Inside the Gates: Snipers in Support of Military Operations on Urbanized Terrain*. Monograph, School of Advanced Military Studies, Kansas. Acedido a 9 de abril de 2016 em <http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA402701>
- Dias, R. (agosto de 2004). Atirador Especial - Sniper da Origem aos Nossos Tempos. *Revista Militar de Infantaria Azimute*, Nº 177, pp. 43-50.
- Donaldson, P. (dezembro de 2013). Personal Weapon Marksmanship Training. *Military Technology*, pp. 30-33. Acedido a 20 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=93890984&lang=pt-br&site=ehost-live>

-
- Ehrhart, T. P. (2009). *Increasing Small Arms Lethality in Afghanistan: Taking Back the Infantry Half-Kilometer*. Monograph, School of Advanced Military Studies, Kansas. Acedido a 10 de abril de 2016 em <http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA512331>
- Escola Prática de Infantaria [EPI]. (2008). *Manual do Agrupamento/Batalhão de Infantaria Mecanizado*. Mafra: EPI.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009a). *Brigada Mecanizada 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado Quadro Orgânico Número 24.0.01*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009b). *Brigada de Reação Rápida Batalhão de Comandos Quadro Orgânico Número 24.0.23*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009c). *Brigada de Reação Rápida 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista Quadro Orgânico Número 24.0.21*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009d). *Brigada de Reação Rápida Forças de Operações Especiais Quadro Orgânico Número 24.0.25*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009e). *Brigada de Intervenção 1º Batalhão de Infantaria Quadro Orgânico Número 24.0.11*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2009f). *Brigada de Intervenção 2º Batalhão de Infantaria Quadro Orgânico Número 24.0.12*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2010a). *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2010b). *PDE 0-19-00 Sinais Convencionais Militares*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2010c). *PDE 2-09-00 Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2010d). *PDE 0-18-00 Abreviaturas Militares*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2011a). *PDE 3-07-14 Manual de Combate em Áreas Edificadas*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2011b). *PDE 3-65-00 Operações de Apoio à Paz - Tácticas, Técnicas e Procedimentos*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2011c). *PDE 3-64-00 Counter Improvised Explosive Device*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2012a). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2012b). *PDE 3-52-05 Manual Doutrinário da Brigada de Intervenção (VBR Pandur II 8x8)*. Lisboa: EME.
-

-
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2012c). *PDE 3-52-16 Manual Pandur Pelotão e Secção de Atiradores*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2013a). *PDE 3-68-00 Controlo de Tumultos*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2013b). *PDE 4-00 Logística*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2014). *PDE 07-70-00 Instrução e Treino de Tiro de Armas Ligeiras*. Lisboa: EME.
- Freakley, B. C. (janeiro/fevereiro de 2004). Marksmanship - The Warrior`s Edge. *Infantry*, pp. 1-2. Acedido a 14 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=13030605&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Glancy, M. W. (setembro/outubro de 2005). Conventional Sniper Operations in the Asymmetric Fight. *Infantry*, 94, pp. 25-28. Acedido a 27 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=19196688&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Grupo de Trabalho n.º 1 CPCI. (agosto de 2010). A Formação e Treino de Pequenas Unidades de Infantaria para emprego em Contrassubversão. *Revista Militar de Infantaria Azimute*, N.º 189, pp. 43-52.
- Grupo de Trabalho n.º 2 CPCI. (agosto de 2010). O emprego das Pequenas Unidades de Infantaria em ambiente de Contrassubversão. *Revista Militar de Infantaria Azimute*, N.º 189, pp. 53-64.
- Harris, M. R. (setembro-dezembro de 1999). The Case of Squad Sharpshooters. *Infantry*, pp. 23-28. Acedido a 24 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=19196688&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (1994). *FM 23-10 Sniper Training*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2003a). *FM 3-21.21 The Stryker Brigade Combat Team Infantry Battalion*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2003b). *FM 3-21.11 The SBCT Infantry Rifle Company*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2006a). *FM 3-06 Urban Operations*. Washington, DC: HQDA.
-

-
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2006b). *FM 3-21.20 The Infantry Battalion*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2007). *FM 3-21.8 The Infantry Rifle Platoon and Squad*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2008a). *FM 3-0 Operations*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2008b). *FM 3-22.9 Rifle Marksmanship M16-/M4-Series Weapons*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2009). *FM 3-24.2 Tactics in Counterinsurgency*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2010a). *ATTP 3-21.9 SBCT Infantry Rifle Platoon and Squad*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2010b). *TRADOC Pam 525-3-1 The United States Army Operating Concept 2016-2028*. Fort Monroe: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2011). *ATTP 3-06.11 Combined Arms Operations in Urban Terrain*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Department of the Army [HQDA]. (2012). *TRADOC G-2 Operational Environments to 2028: The Strategic Environment for Unified Land Operations*. Washington, DC: HQDA.
- Headquarters Marine Corps [HQMC]. (2004). *MCWP 3-15.3 Sniping*. Washington, DC: HQMC.
- Henderson, C. (2001). *Marine Sniper: 93 Confirmed Killes*. s/l: Reissue edition.
- Hill, D., Fenlason, J., & Townsend, S. (novembro-dezembro de 2010). Marksmanship training - Screaming Eagle Style. *Infantry*, pp. 29-32. Acedido a 14 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=59242149&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Hymel, K. (2014). *Strykers in Afghanistan, 1st Battalion, 17th Infantry Regiment in Kandahar Province, 2009*. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, US Army Combined Arms Center.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- Land Capability Group NATO. (outubro de 2015). Dismounted Soldier System. *Soldier Modernisation Programme Research Initiatives and S&T Efforts*.
-

-
- Liwanag, D. (julho-agosto de 2006). Improving Army Marksmanship. *Infantry*, pp. 26-32. Acedido a 13 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=23307455&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Liwanag, D. (novembro-dezembro de 2007a). Sustaining Marksmanship While Deployed. *Infantry*, pp. 45-46. Acedido a 13 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=28811260&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Liwanag, D. (janeiro-fevereiro de 2007b). Small Unit Leader DM Notes. *Infantry*, pp. 47-48. Acedido a 26 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=25101767&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Martins, J., Santos, H., & Rouco, C. (2013). Algoritmo de Revisão de Literatura - Uma Possível Estratégia de Pesquisa Bibliográfica. *PROELIUM VII*, pp. 137-156.
- Miller, S. D. (setembro-dezembro de 1999). Marksmanship Training More Than the Basics. *Infantry*, pp. 41-44. Acedido a 19 de abril de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=tsh&AN=3453289&lang=pt-br&site=ehost-live>
- Miranda, P. (2009). *A Importância do Sniper no Novo Campo de Batalha*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Infantaria, Academia Militar, Lisboa.
- Moreira, J. (2008). *O Atirador Sniper nas Áreas Edificadas*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Infantaria, Academia Militar, Lamego.
- Moura, B. (19 de maio de 2016). Entrevista - A Integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria. (J. Pinto, Entrevistador)
- O'Reilly, V. (2003). *Stryker Brigades Versus The Reality of War*. s/l: s/n.
- Ramalho, J. L. (agosto/setembro de 2005). O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta - Uma Reflexão. *Revista Militar N.º 2443/2444*. Acedido a 25 de maio de 2016 em <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf/223>
- Plaster, J. (2008). *The History of Sniping and Sharpshooting*. Colorado: Paladin Press.
- Porto Editora. (19 de setembro de 2016). *Dicionários Porto Editora*. Acedido em Infopédia: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cocktail%20molotov>
-

-
- Program Executive Office Soldier [PEO]. (2011). Dual Path Strategy Series: Part III - Soldier Battlefield Effectiveness.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reardon, M., & Charlston, J. (2007). *From Transformation to Combat. The First Stryker Brigade at War*. Washington, DC: s/n.
- Reynolds, P. (maio-junho de 2014). Persistent Conflict and Special Operations Forces. *Military Review The Professional Journal of the US Army*, pp. 62-69. Acedido a 26 de abril de 2016 em <http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p124201coll1/id/1216>
- Sarmiento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (3.^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Small, S. (novembro-dezembro de 2000). Small Arms and Asymmetric Threats. *Military Review The Professional Journal of the US Army*, pp. 33-41. Acedido a 22 de abril de 2016 em <http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p124201coll1/id/289>
- Smith, J. (2003). *Operation Iraqi Freedom Program Executive Office (PEO) Soldier Lessons Learned*.
- Smith, R. (6 de novembro de 2003). Sniper unit packs up, takes training to Iraqi desert. *Guidon*, 5, n^o 45, 4.
- Sousa, S. d. (4 de abril de 2016). Entrevista - A Integração de Atiradores Especiais num Batalhão de Infantaria. (J. Pinto, Entrevistador) Lisboa.
- Spicer, M. (2006). *Illustrated Manual of Sniper Skills*. St. Paul: Zenith Press.
- Supreme Allied Commander NATO. (2016). *Bi-SC Capability Codes and Capability Statements*. Belgium.
- White, A. (março de 2015). Sniper Rifles and Scopes. *Special Forces Feature*, pp. 52-54. Acedido a 3 de maio de 2016 em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=102148267&lang=pt-br&site=ehost-live>
-

APÊNDICES

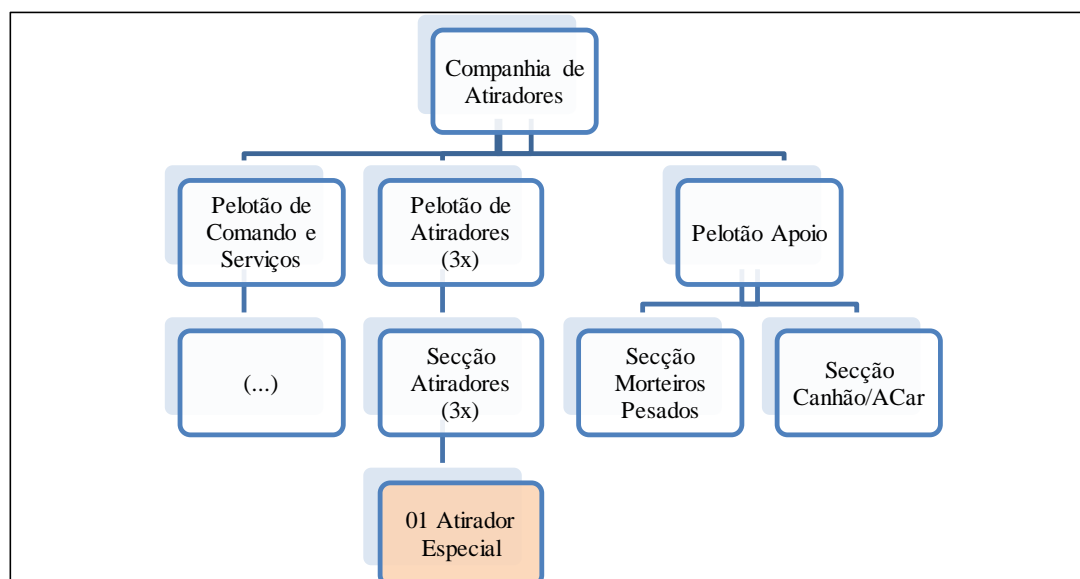
Apêndice A - Organização de uma Companhia de atiradores

Figura n.º 6 - Organograma de uma Companhia de atiradores proposto por um grupo de trabalho do CPCI em 2010

Fonte: Adaptado de grupo de trabalho CPCI, 2010, p.61.

Apêndice B - Modelo de análise

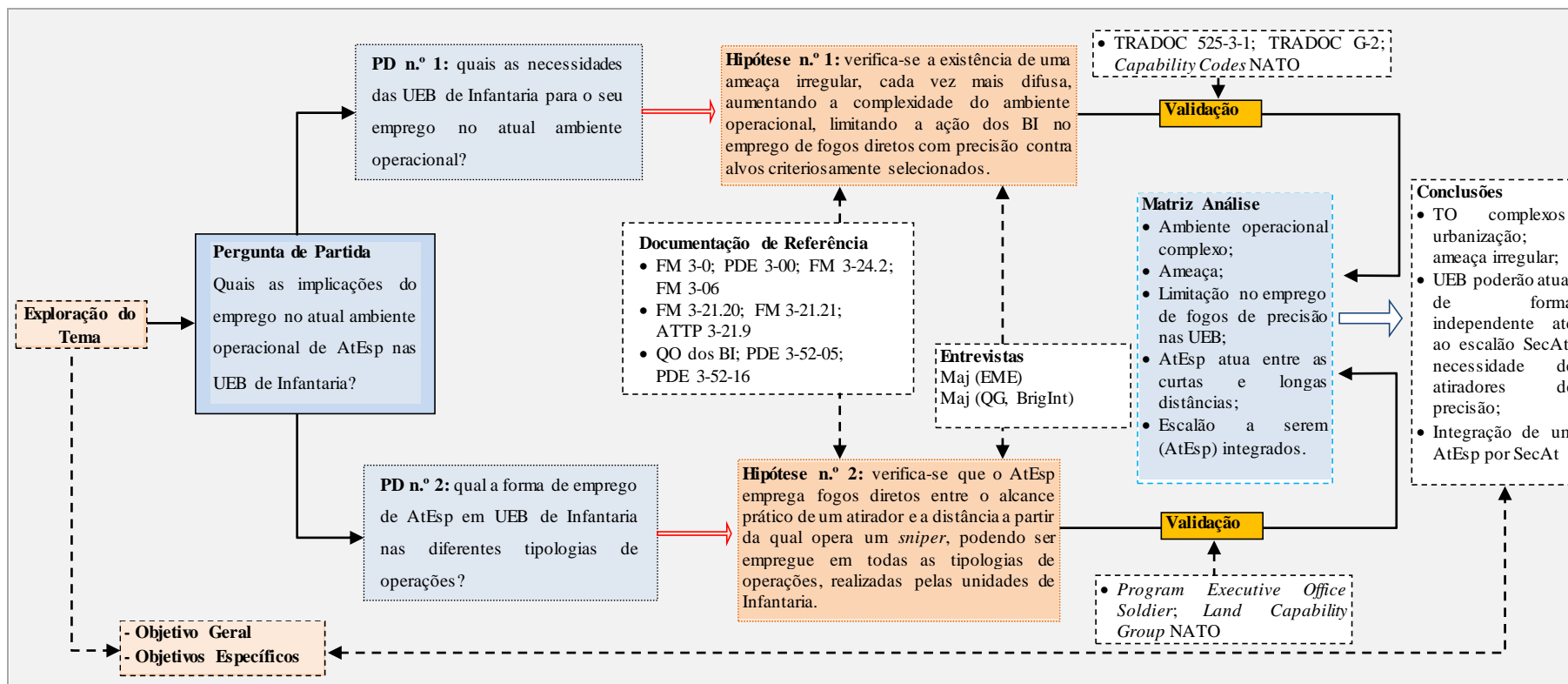


Figura n.º 7 - Modelo de análise para a elaboração do trabalho

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice C - Transcrição das entrevistas

C.1 Entrevistado n.º 1

Posto: Major de Artilharia

Função/Cargo: Elemento de ligação da Divisão de Planeamento de Forças ao grupo de trabalho para a aquisição de armamento ligeiro

Unidade: EME

Data: 04Mai16

Na satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, ao longo dos últimos anos temos projetado forças de escalão Batalhão para o exterior, bem como assumindo compromissos internacionais na Aliança, com a *Nato Response Force*, e na União Europeia com os *Battegroup*.

Questão I: Face ao referido, na sua opinião como caracteriza o ambiente operacional e a tipologia da ameaça? Qual a tendência para o futuro?

R: O ambiente operacional vem caracterizado em diversos manuais militares, que lhe enviarei por correio eletrónico, e os elementos que o caracterizam estão bem definidos e não tenho muito a acrescentar ao que lá está referido. Utilizarei a expressão VUCA (*Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity* na sua forma anglo-saxónica, por vezes traduzida para VICA – Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo) para com brevidade expressar aquilo que estamos à espera para o futuro. Isto obriga à existência de uma maior flexibilidade.

Questão II: Considera que as UEB de Infantaria estão preparadas para atuar no ambiente operacional referido?

R: Quando falamos em UEB de Infantaria referimo-nos a uma série de capacidades específicas que são definidas num documento da NATO, que define os requisitos para um BI de Infantaria, e estas já estão definidas com base em previsões daquilo que serão as operações que iram ter de realizar. O último documento foi aprovado em janeiro de 2016 e é um documento que é atualizado com alguma frequência. Vou enviar-lho por correio eletrónico, pois não é classificado.

Os nossos BI são comparados com o que estes têm definido, sendo que há capacidades que cumprem e outras que não cumprem integralmente, sendo essa lista classificada.

Questão III: Tendo em consideração o grupo de trabalho para a aquisição de armamento ligeiro para o Exército Português, sendo um elemento de ligação da divisão de planeamento de forças ao grupo de trabalho, questionava se identificaram lacunas existentes nas UEB de Infantaria em relação à necessidade de as dotar com armas de precisão? (Explicar o racional)

R: Os BI conseguem empenhar-se sobre objetivos às distâncias a que o faz um atirador especial com outra tipologia de armamento, no entanto, sim, foi considerado necessário melhorar esta capacidade, embora esta lacuna tenha sido identificada ao nível da SecAt.

As recentes campanhas no Iraque e no Afeganistão trouxeram uma nova discussão relativamente ao calibre a utilizar nas espingardas automáticas. Apesar da maior eficácia do calibre 5.56mm no combate a curta distância (300 a 400 metros), que foi ideal no Iraque onde o combate era essencialmente urbano (80% dos empenhamentos sobre um alvo foram a menos de 200 metros), este calibre revelou ser menos adequado no Afeganistão, quando patrulhas apeadas eram atacadas por pequenos grupos de talibans, utilizando espingardas SVD 7.62x54mm e metralhadoras médias PKM a distâncias que poderiam chegar aos 900 metros (apenas 50% dos empenhamentos foram a menos de 300 metros). Como resultado, o calibre 7.62mm voltou a reaparecer nas patrulhas apeadas ao nível da SecAt.

O estudo do Exército dos EUA, *Soldier Battlefield Effectiveness*, aponta que o alcance de uma arma depende muito significativamente da munição que dispara e do comprimento do cano. Armas que utilizam o calibre 5.56mm normalmente afirmam ter alcances eficazes entre os 500 e os 550 metros, enquanto que as de 7.62mm apontam para os 800 metros.

O designated marksman, squad designated marksman, marksman e sharpshooter são termos utilizados em exércitos aliados para designar um atirador, pertencente a uma Esquadra/Secção de atiradores, que vai bater alvos entre as curtas (300 metros) e as médias distâncias (500 ou 600 metros, variando consoante o equipamento e treino do atirador). Passaremos a designar este atirador, orgânico das Secções/Esquadras de atiradores, por AtEsp.

O AtEsp é o atirador que tem a responsabilidade adicional de adquirir e bater alvos entre os 300 e os 500/600 metros, com fogo eficaz. Não sendo um *sniper*, uma vez que não está treinado nem equipado para operar em pequenas Equipas ou individualmente, trata-se de um elemento essencial para a sua Esquadra/Secção. O AtEsp é normalmente utilizado para bater alvos como posições de metralhadora inimigas e armas anticarro, podendo, também, ser utilizado para orientar o tiro dos restantes elementos da Esquadra/Secção.

Tal como já foi referido, o reaparecimento do calibre 7.62mm nas patrulhas apeadas ao nível da SecAt trouxe a necessidade de haver atiradores especializados. Este conceito de AtEsp já existe na doutrina soviética desde os anos cinquenta, em que havia um atirador equipado com 7.62x54mmR SVD por Esquadra de atiradores. Também, em Portugal, já foram orgânicos das SecAt, atiradores de 1ª classe, que tinham as suas G3 equipadas com alça telescópica Hensolt Wetlar 4 x 24.

Questão IV: Caso de identifiquem lacunas na resposta anterior, de que forma o projeto prevê solucionar essas limitações ou lacunas?

R: Propôs-se ao Comando do Exército, que seja adquirida uma arma de calibre 7.62x51mm NATO (STANAG 2310) para um AtEsp, por SecAt.

Há exércitos que têm o AtEsp equipados com arma 5.56mm mas com uma alça telescópica melhorada, no entanto, no nosso caso seguiremos o exemplo de outros países que colocam armas de 7.62mm no AtEsp, conjugadas com as 5.56mm para os restantes atiradores.

Questão V: Foi considerada alguma unidade de referência, nacional ou externa, nos estudos efetuados para o projeto para a aquisição de armamento ligeiro?

R: Sim, por exemplo, o Exército Britânico os AtEsp possuíam a mesma arma que os restantes atiradores mas com um aparelho de pontaria melhor. Fruto da sua experiência operacional no Afeganistão optaram por equipar o AtEsp com uma arma calibre 7.62mm com um aparelho de pontaria ainda melhor. Vou enviar-lhe por correio eletrónico as apresentações do Grupo de Trabalho da NATO do *Dismounted Soldier System*, onde poderá constatar a utilização de AtEsp em países como a Austrália, Espanha, Itália, Holanda, Nova-Zelândia, Polónia e Suécia.

Questão VI: Estão em curso ou já decorreram alguns testes para a aquisição de armamento/equipamento de tiro precisão? Em caso afirmativo, quais os elementos que participaram nos mesmos?

R: Não, neste momento apenas temos efetuado as especificações técnicas para a arma, o concurso para a sua aquisição há de decorrer à posteriori. Até ao momento apenas assistimos a demonstrações de armamento.

O grupo de trabalho possui um representante por Brigada e os *inputs* foram recebidos através dos mesmos.

Questão VII: Caso seja adquirido armamento/equipamento de tiro precisão considera necessário existir uma formação adicional para o mesmo?

R: Neste momento estamos a estudar essa possibilidade, embora nouro âmbito, não desse grupo de trabalho, e estamos a apontar para a existência de um curso específico para AtEsp, embora ainda não esteja definido quem o ministrará.

Questão VIII: Considera necessário a existência de alterações ao nível dos quadros orgânicos para a integração de AtEsp?

R: Alguns dos QO das nossas UEB de Infantaria já possuem AtEsp. Mas sim, os QO que não os possuem serão alterados.

C.2 Entrevistado n.º 2

Posto: Major de Infantaria

Função/Cargo: Oficial de Operações Correntes

Unidade: QG da BrigInt

Data: 19Mai16

Na satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, ao longo dos últimos anos temos projetado forças de escalão Batalhão para o exterior, bem como assumindo compromissos internacionais na Aliança, com a *Nato Response Force*, e na União Europeia com os *Battegroup*.

Questão I: Face ao referido, na sua opinião como caracteriza o ambiente operacional e a tipologia da ameaça? Qual a tendência para o futuro?

R: No que concerne à primeira parte da pergunta, “O Ambiente Operacional é caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do Comandante.” Resume a Publicação Doutrinária do Exército, 3-00, Operações (PDE, 2012, pp.1-1). Assim, na minha opinião, é necessário entender e analisar esse conjunto de condições e circunstâncias, ao escalão pretendido, com as ferramentas adequadas, para entender esse mesmo ambiente operacional e tentar antever os possíveis cenários de emprego de forças. No entanto, e independentemente do escalão tático, existem tendências, e aquilo a que temos assistido nas últimas duas décadas, é a uma tendência de conflitos persistentes entre Estados, não-Estados, e atores individuais que têm recorrido de forma progressiva ao uso de violência para alcançar os seus objetivos políticos e ideológicos.

Relativamente à ameaça, e usando a classificação da mesma quanto à natureza, diria que a ameaça irregular tem e terá uma maior tendência relativamente à ameaça tradicional, mas esta última deverá ser sempre alvo de uma preocupação permanente.

Questão II: Considera que as UEB de Infantaria estão preparadas para atuar no ambiente operacional referido?

R: Sim, com alguns constrangimentos ao nível do material que são solucionáveis, e por isso a resposta é sim. As UEB de Infantaria são na sua essência uma capacidade, têm Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e

interoperabilidade, sendo que essa mesma capacidade tem sido aferida e normalizada, pelas entidades responsáveis na estrutura do Exército Português, tendo em consideração os padrões assumidos nos compromissos internacionais, nomeadamente no âmbito NATO e União Europeia.

Questão III: Na sua opinião, quais as principais limitações existentes nas UEB de Infantaria, face à tipologia de operações que desempenham?

R: As limitações, e referindo-me ao BIMec(R), são as previstas nos QO aprovados, nomeadamente: a sobrevivência face a ameaça blindada, grande consumo de artigos da classe III, V e IX, operar em terreno impeditivo em unidades montadas, menor capacidade de C² quando apeado, e limitada projeção estratégica devido ao equipamento pesado.

Questão IV: O AtEsp emprega fogos diretos entre os 300 e os 600 metros. Qual a sua opinião, em relação ao seu emprego em apoio às UEB de Infantaria? Em caso afirmativo, proponha, onde este deveria ser incluído organicamente.

R: O AtEsp é uma capacidade, e constitui-se como uma mais-valia, aos vários escalões em que pode, ou deve ser integrado, em função das variáveis de missão. Isto é, num hipotético cenário de operação ofensiva/defensiva pode ser razoável ter uma parilha por unidade de escalão Pelotão, mas por sua vez, numa operação de estabilização em que tipicamente as tarefas possam ser de escalão Secção justifica-se a sua existência a esse nível, pelo que o ideal será ter um AtEsp por SecAt, conseguindo dessa forma fazer face a toda a tipologia de operações.

Questão V: Alguns exércitos utilizam o AtEsp como o melhor atirador de uma força de determinado escalão, enquanto outros possuem cursos específicos para qualificar os mesmos. Considerando o emprego de AtEsp, na sua opinião qual é a melhor solução?

R: Ambos conceitos são válidos, e podem ser implementados com relativo sucesso, porém, o modelo que assenta na formação específica, à partida tenderá a ser mais eficaz tendo por pressuposto que serão os melhores atiradores a serem maximizados.

Questão VI: De entre vários estudos realizados o AtEsp pode ser equipado com um armamento de calibre 5.56mm ou de 7.62mm, ambos com um aparelho de pontaria

melhorado, situações que já se verificam em diversos exércitos. Da sua experiência, qual seria a melhor solução e porquê?

R: O AtEsp é tendencialmente vocacionado para executar tiro com efeitos específicos, e a distâncias mais longas que os demais elementos da Secção/Pelotão. Assim, na minha opinião, a melhor solução é o militar ter uma arma de calibre 7.62mm atribuída, mas deverá manter a sua arma 5.56mm como os demais elementos, e garantir a sua possibilidade de emprego, nas demais circunstâncias. O AtEsp e o seu comandante têm de ter flexibilidade para rentabilizar esta capacidade na multiplicidade de situações possíveis.

ANEXOS

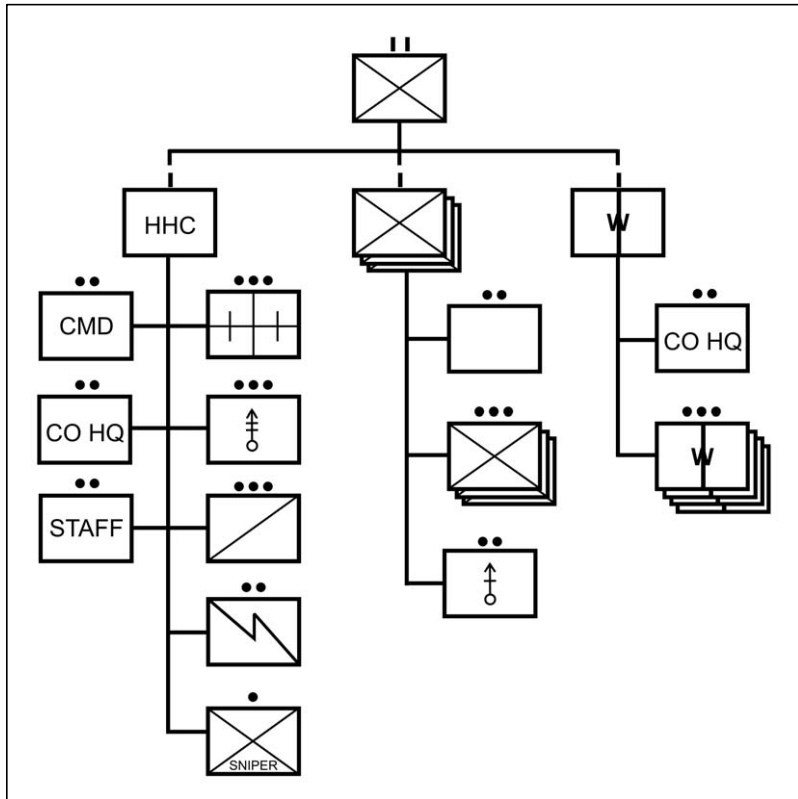
Anexo A - Organização de um BI do Exército dos EUA

Figura n.º 8 - Organograma de um BI do Exército dos EUA

Fonte: (FM 3-21.20) HQDA, 2006b, p. 1-3.

Anexo B - Organização da SBCT do Exército dos EUA

B.1 Equipa *sniper* do Batalhão

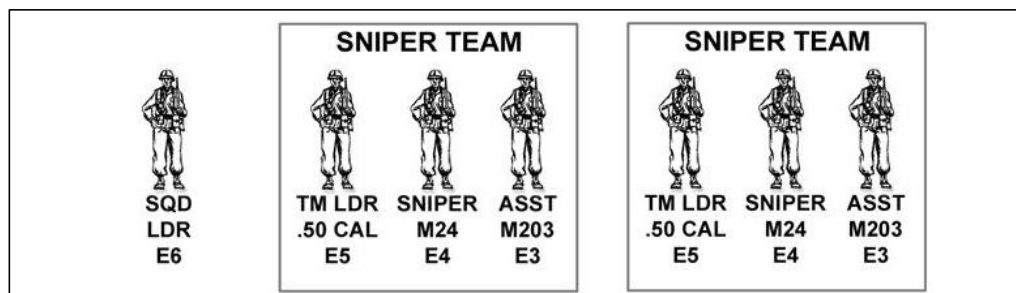


Figura n.º 9 - Equipa *sniper* de um BI da SBCT

Fonte: (FM 3-21.21) HQDA, 2003a, p. 1-20.

B.2 Unidade escalão Companhia

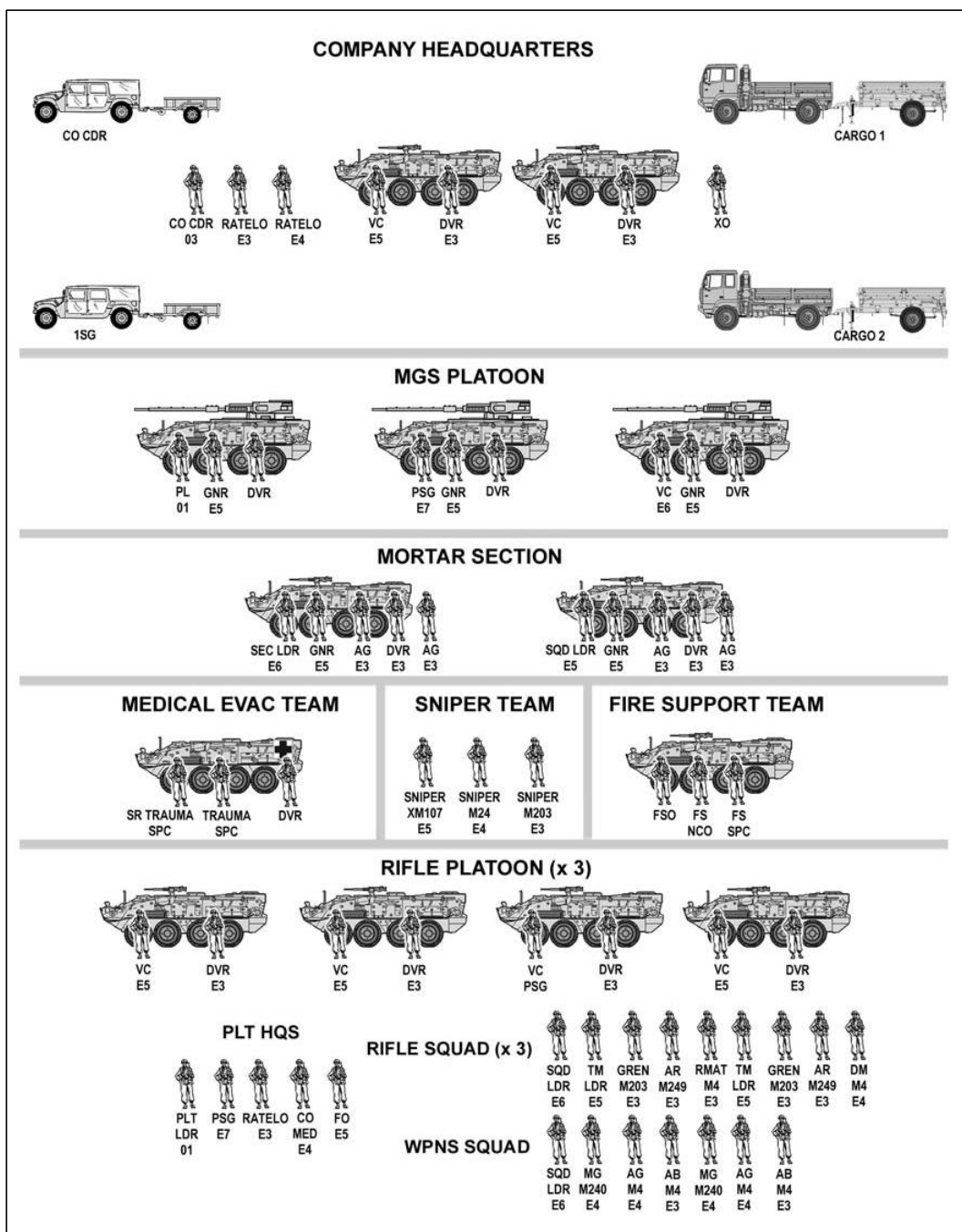


Figura n.º 10 - Organigrama de uma Companhia de Infantaria da SBCT do Exército dos EUA

Fonte: (FM 3-21.11) HQDA, 2003b, p. 1-6.

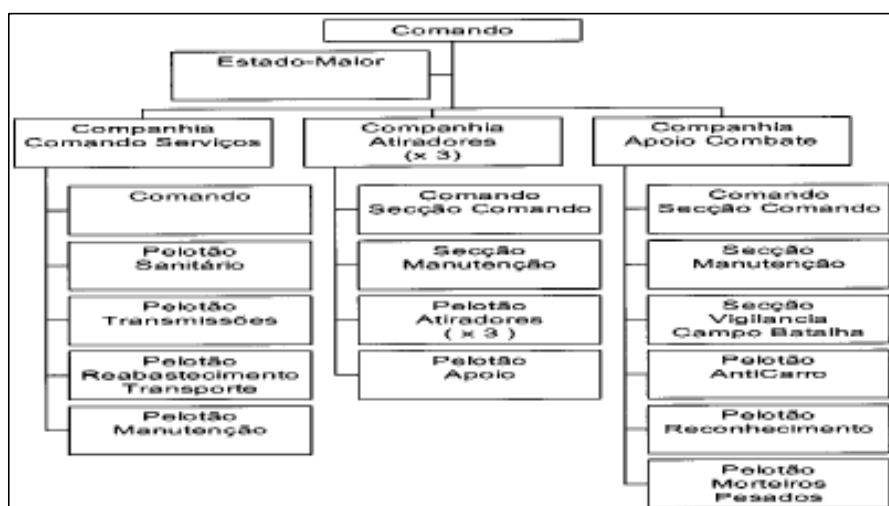
Anexo C - Organização de um BI da BrigMec do Exército Português

Figura n.º 11 - Organograma de um BIMec(L) da BrigMec do Exército Português

Fonte: EPI, 2008, p. 2-8.

